

Idéias

EM REVISTA

Revista mensal do Sindicato dos Servidores
de Justiça Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO II – nº 15 – Outubro e Novembro de 2007

Vidas mutiladas

Histórias como a de Nancy Ceballos Valencia, que teve uma perna amputada aos 24 anos, na Colômbia, após pisar numa mina terrestre, são contadas na entrevista com o jornalista Vinícius Souza – co-diretor do videodocumentário América Minada.

Sisejufe articula
vitórias políticas
da categoria no CJF

Zeca Baleiro
e o rolo
do Rolex

TRT chama
os lobos para
cuidar das ovelhas



O Sisejufe promove o

Curso de Atualização da Língua Portuguesa
com o professor Waldemar Pedro Antônio.

As aulas serão às sextas-feiras, de 8h às 11h.

O professor Waldemar é docente da UNIG
e da Universidade Castelo Branco.

O principal objetivo do curso é atualizar o conhecimento
dos alunos na norma culta da Língua Portuguesa.

Serão discutidos também os programas dos principais
concursos públicos.

As inscrições devem ser feitas no seguinte endereço eletrônico:
formacao@sisejuferj.org.br. Para sindicalizados, o valor é de R\$ 10;
para dependentes, R\$ 30; para os que não pertencem à categoria,
R\$ 70; e para os não sindicalizados, o valor é de R\$ 150.

Os servidores da Justiça Federal que participarem
do Curso de Atualização em Língua Portuguesa,
poderão solicitar Adicional de Qualificação.

Novo convênio do Sisejufe!

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO e COLÉGIO DE APLICAÇÃO DOM HÉLDER CÂMARA

Concessão de descontos de 30% nos campus: São Gonçalo-RJ; Niterói-RJ;
Campos dos Goytacazes-RJ; nos Cursos de Graduação e Graduação
Profissional (Cursos Superiores de Tecnologia)

Concessão de descontos de 20% nos cursos de Pós-Graduação.

O desconto será calculado sempre sobre o valor da mensalidade do Curso,
na data de vencimento prevista para o dia 5 de cada mês.

Descontos de 30% para Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1ª a 4ª
série, Ensino Médio, Educação Especial e Educação Profissional nas
Unidades de São Gonçalo e Piratininga.



Rua Lambari, nº 10, Trindade, São Gonçalo,
Rio de Janeiro - Fones (21) 2138.4937
ou 2138.4936 www.universo.edu.br

Editorial

O Sisejufe, no final de 2007, está atento para que não passemos mais um ano sem o pagamento dos passivos.

Página 4

Cartas de Leitor

Opiniões, sugestões e críticas. Saiba o que pensam alguns dos nossos leitores.

Página 5

Sindicais

Aqui você vai encontrar novidades sobre o PL 319, os novos requerimentos do Sisejufe ao TRE e o preocupante silêncio do TRT diante dos questionamentos do sindicato.

Página 6

Justiça

Max Leone mostra que a corregedoria do CNJ começa a funcionar como um canal para o tão esperado controle externo do Poder Judiciário.

Página 7

Sindicais

A atuação do Sisejufe antes e durante a última reunião do CJF garantiu novas conquistas para a categoria.

Páginas 8 e 9

Dicas Culturais

Teatro, esculturas portuguesas, um livro sobre a Revolução Russa e uma excelente alternativa para quem quer ouvir o bom e velho samba.

Página 10

Oficina Literária

Marlene de Lima conta a história de um amor que não conhece idade.

Página 11

Justiça do Trabalho

Ao chamar a FGV para preparar o seu plano de gestão de pessoal, o TRT entrega ao lobo a guarda das ovelhas. Nós explicamos por quê.

Página 12

Nacional

Mais de 3,7 milhões de brasileiros votaram no plebiscito popular que optou pela retomada da Companhia Vale do Rio Doce.

Página 13

Outra História

Num texto em homenagem aos 90 anos da Revolução Russa, Roberto Pontiano discute os mitos ocidentais que tentam minimizar a participação dos soviéticos na Segunda Grande Guerra.

Páginas 14 e 15

**Teia de Idéias**

O cantor e compositor Zeca Baleiro questiona por que certos cidadãos só vêm a público mostrar revolta quando são roubados.

Páginas 18 e 19

Reforma Agrária

Mesmo depois do assassinato de sem-terra no Paraná e da agressão a uma trabalhadora rural, uma juíza mandou soltar os suspeitos.

Página 20

Entrevista

Os fotojornalistas Vinícius Souza e Maria Eugênia Sá estão lançando o videodocumentário América Minada. Nesta entrevista, Vinícius conta por que a Colômbia tornou-se a líder mundial em vítimas de minas antipessoais.

Páginas 21, 22 e 23

Internacional

Segundo a OIT, mais de 3 milhões de crianças mexicanas são usadas como força de trabalho. Detalhes no artigo de Mário Augusto Jakobskind.

Página 24

Nacional

O Ceará foi o primeiro estado a abolir a escravidão, anos antes da Lei Áurea. O caso é narrado pelo professor Ernesto Germano Parés.

Página 25

Mulheres

Males típicos da cultura ocidental, a anorexia e a bulimia vitimam cada vez mais jovens no Brasil. Veja na matéria de Bianca Rocha.

Página 26

Mulheres

A psicóloga Patrícia Abel Balestrin mostra que machismo e feminismo não são conceitos antagônicos. Na verdade, uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Página 27

Cultura

Como foi o último Botequim, os preparativos para o próximo Sarau Judicial Cool e a defesa do Sisejufe ao livro acessível.

Página 28

Fulgêncio Pedra Branca

Nosso colaborador volta a atacar e dispara sua metralhadora verbal contra as receitas da elite para controlar a criminalidade.

Página 29

Latuff

O cartunista, que desperta amores e ódios em função de seu traço nada convencional, critica a ação de Tio Sam pelo mundo.

Página 30

**Nossa História**

No terceiro artigo da série sobre a trajetória do sindicalismo brasileiro, Helder Molina avalia a organização dos trabalhadores entre 1945 e 1964.

Página Central

O Sisejufe, no final de 2007, está atento para que não passemos mais um ano sem o pagamento dos passivos. Decisões favoráveis no Conselho da Justiça Federal (CJF), pedidos encaminhados ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e informações sobre sobras orçamentárias nos deixam confiantes de que neste ano o Judiciário conseguirá saldar, ao menos em parte, a dívida que tem com a categoria. Isso mostra que o sindicato não luta pelos direitos dos servidores apenas quando há campanha salarial.

Acompanhamos também a aprovação na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara o Projeto de Lei 319. Ainda que ele tenha sido deturpado pelas emendas, trará de volta o quadro único e o adicional de 5% dos técnicos. Todas estas lutas você confere nesta edição.

Você vai encontrar aqui o resultado do plebiscito nacional pela retomada da Companhia Vale do Rio Doce, do qual o Sisejufe fez parte, e ver que mais de 93% dos votantes acham que o Brasil fez mal negócio em entregar o patrimô-

nio público de mão beijada à iniciativa privada. O leitor de Idéias também encontra nesta décima quinta edição, a continuação da série de Helder Molina sobre o sindicalismo brasileiro. O historiador analisa, neste artigo, o período vivido pelo movimento sindical no início da Guerra Fria.

Entrando de vez na polêmica sobre a pertinência de se chamar o “capitão Nascimento” para resolver à bala o problema da criminalidade, reproduzimos o texto lúcido do cantor e compositor Zeca Baleiro e o sarcasmo do fiel colaborador Fulgêncio Pedra Branca – que ironiza secretário de Estado, prefeito e governador.

Do México ao Brasil, passando pela Colômbia líder mundial em minas terrestres, as páginas de Idéias apresentam um panorama nada animador da situação das crianças, adolescentes, sem-terra e populações que convivem com a luta armada na América Latina. Acreditamos, porém, como diz o entrevistado desta edição, que com a denúncia dessas mazelas estejamos colaborando um pouco para a mudança efetiva dessa triste realidade. Uma boa leitura!



SISEJUFE

Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejuferj.org.br

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – Bianca Rocha (Estagiária de Jornalismo)

PROJETO GRÁFICO ORIGINAL: Claudio Camillo (MTb 20.478) – DIAGRAMAÇÃO: Deisedoris de Carvalho – ILUSTRAÇÃO: Latuff

ASSESSORIA POLÍTICA – Márcia Bauer

CONSELHO EDITORIAL – Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro.

IMPRESSÃO: PALAVRAS PINTADAS Editora e Gráfica Ltda. (7.500 exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado



Cartas de leitor

Apoio à Polícia Judiciária

Gostaria de parabenizar o Sisejufe pelo apoio dado à criação da Polícia Judiciária. Infelizmente, ainda não faço parte do quadro de servidores da Justiça Federal, mas quero relatar que, desde 2004, venho prestando concurso. Em 2004 fui aprovado em um cadastro de reserva para o cargo de técnico judiciário na especialidade Segurança e Transporte. Ao final da validade, não fui convocado. Agora, em 2007, obtive êxito e estou indo para a 2ª fase (teste físico). Espero que esse sindicato consiga fazer valer o que reza a Lei Maior, fazendo com que os terceirizados, adidos, cedidos de outros órgãos, dêem lugar aos que buscam o serviço público através de concurso.

Marcelo Borges

Idéias não cansa

Quando a gente não gosta, a gente reclama. Mas o que é bom tem de ser reconhecido. Nem é a primeira vez que eu elogio a Idéias em Revista. Mas não me canso mesmo. Vocês acertaram em cheio, e acertam cada vez mais. As matérias estão ótimas, concisas, instigantes. A edição é muito bem feita, está bem diagramada, tem bastante ilustração e muita informação também. Os idealizadores e produtores da revista estão fazendo um trabalho excelente. Dá gosto ler a revista. Eu tenho visto as pessoas muito interessadas por ela, inclusive debatendo os assuntos. Parabéns, mais uma vez!

Tereza Cardoso
TRF2 – Centro Cultural

Tremores na JF da Venezuela

Sou funcionária da Justiça Federal e trabalho no prédio que apresenta tremores (isso mesmo, apresenta porque os tremores são constantes). Lendo a matéria publicada na Idéias de setembro resolvi relatar o que vem acontecendo aqui. Os tremores não se restringiram aos dias 27 e 28 de agosto. Eles continuam ocorrendo até o dia de hoje, diariamente. Móveis e objetos (como estantes e monitores) tremem constantemente. Há rachaduras nos corredores, nos banheiros públicos, nas escadas. O que eu não consigo entender é o porquê de não se tomar nenhuma providência diante disso. Não nos sentimos seguros aqui diante do boletim da Defesa Civil que foi disponibilizado pela Justiça Federal. (...) Nada é conclusivo no boletim. Verifica-se no boletim que tudo é "aparente" ou "aparentemente". A vistoria foi realizada em "alguns pavimentos". Como, diante de um prédio que apresentou tremores, a segurança é garantida diante de um laudo onde somente alguns pavimentos são vistoriados? (...) Estamos sendo tratados com total desconsideração pelas autoridades administrativas da Justiça Federal. Estamos sendo obrigados a trabalhar com muito medo e num prédio que, a despeito do que está sendo divulgado, treme cada dia mais. (...) Eu tenho observado que muitos funcionários que estão em pânico não querem se manifestar por medo de represálias. (...) Gostaria somente de pedir, se for possível, sigilo quanto ao meu nome.

Servidora da Justiça Federal da avenida Venezuela

Contra a legalização do aborto

"Não matarás". "A religião é o ópio do povo". Com estas duas frases quero iniciar a explanação de minha idéia a respeito da legalização do aborto. O PT é um partido com idéias socialistas, e sabemos que os socialistas "se licham" para o que diz a Bíblia. "Não matarás", é o que diz um dos 10 Mandamentos, e note que não existe vírgula e sim ponto final. Não há abertura para que se aceite o aborto se olharmos à luz da Bíblia. "A religião é o ópio do povo", palavras de Karl Marx, comunista que não tinha amor nenhum pelo ser humano, portanto aqueles que apóiam o aborto, seguem os mesmos ideais de Karl Marx, pouco pensam na vida que está sendo gerada no ventre de uma mãe. Não se justifica, em hipótese nenhuma, matar uma vida já formada. Deus age tanto na paciência com o homem como também na sua forma de aplicar o seu juízo contra aquele que "mata", ou melhor "que aborta". O mesmo argumento é usado por aqueles

que querem a liberação da maconha, são os mesmos dos que querem legalizar o aborto. "Problema de Saúde Pública".

Pensem...

José Carlos – Justiça Federal

Idéias – José Carlos, devagar com o andar... aí vai a famosa frase de Marx, em seu contexto: "O sofrimento religioso é, a um único e mesmo tempo, a expressão do sofrimento real e um protesto contra o sofrimento real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração e a alma de condições desalmadas. É o ópio do povo." Há, pelo mundo, vários socialistas cristãos e o sindicato e nossa revista não se filiam a nenhuma corrente política-partidária. O importante na matéria da edição passada sobre a legalização do aborto é o alerta para o fato de que o aborto criminalizado e clandestino já é a quarta causa de mortalidade materna no Brasil. Os dados são do SUS, que atende 250 mil brasileiras por ano com infecções e hemorragias em decorrência de abortos mal-feitos.

Novas Varas Federais

Excelente a reportagem sobre as PECs 2/2003 e 54/1999 da edição de setembro da Idéias. Porém, não li nenhuma linha a respeito do PL 5859/2005 (criação de 230 VFs), cujo andamento na Câmara caminha a passos pra lá de lentos. Gostaria que o sindicato se posicionasse a respeito deste PL e passasse a cobrar maiores esforços de nossos deputados com vistas à sua aprovação. Este tema é de interesse, senão direto, ao menos indireto, do sindicato e dos servidores da JF, pois a criação da VFs e, conseqüentemente, dos cargos efetivos é de suma importância para a melhoria do trabalho e desafogamento do Judiciário.

Maria Moreno

Idéias – Obrigado pela sugestão de pauta. Nas próximas edições de Idéias e do jornal Contraponto, do Sisejufe, vamos tratar do Projeto de Lei 5859/2005.

PL 319 é aprovado na CTASP

O PL 319/07 foi aprovado na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara no dia 10 de outubro. O projeto unifica a carreira judiciária (mantidos os três cargos) e a define como exclusiva de Estado. Além disso, retoma o Adicional de Qualificação (5%) por formação superior aos técnicos judiciários (não foram incluídos os auxiliares judiciários). As emendas apresentadas pelo relator Rodrigo Maia (DEM-RJ) foram acolhidas pelo autor do substitutivo, Sandro Mabel (PR-GO). Elas garantem a redistribuição em todo o Judiciário Federal (não por ramo, como na remoção).

O projeto todavia acolheu um retrocesso, verdadeiro "trem da alegria", ao liberar a ocupação por extraquadros de cargos comissionados nos gabinete

tes dos ministros dos tribunais superiores, e ainda os aumentou para 55% (na lei atual é 50%) nas secretarias dos mesmos tribunais (nos regionais permanecem os 50%). O substitutivo também manteve o pagamento da GAJ para servidores cedidos a outros órgãos que não do Judiciário Federal.

O avanço na aprovação do PL 319 foi explicitar a retroatividade a junho de 2006 do Adicional de Qualificação por graduação superior aos técnicos judiciários.

Apesar das ressalvas (CJs nos gabinetes dos tribunais superiores e ainda a não-inclusão dos auxiliares), o texto atende à reivindicação dos servidores de recolocação de pontos vetados na lei do PCS. Outro item que estava no

PCS, e que foi derrubado por vontade do Executivo, previa a criação do quadro único, ou seja, o servidor poderia transferir-se entre as Justiças – do TRE para o TRT, por exemplo. No atual PCS, 80% das vagas das funções comissionadas e 50% dos cargos em comissão do Judiciário são destinadas a funcionários do quadro. Com a emenda proposta pelo STF, esse limite termina em todos os tribunais superiores.

Com o substitutivo, abrem-se as portas para o nepotismo e o favorecimento político dentro do Judiciário Federal. O Sisejufe acha que isso é um retrocesso e luta junto com a Fenajufe para anulação do substitutivo, combatendo o "trem da alegria", para que alcancemos a totalidade dos cargos comissionados para os servidores concursados.

Sisejufe envia pedidos ao TRE

Em outubro, o Sisejufe enviou ao TRE dois ofícios buscando informações sobre a futura mudança de endereço para a Central do Brasil e sobre o pagamento da Progressão Funcional, retroativa a dezembro de 2006. Nos documentos encaminhados ao desembargador Roberto Wilder, presidente do TRE, o sindicato informa que vem acompanhando os procedimentos de regulamentação do PCS em todos os tribunais e, em função disto, requer

informações sobre o pagamento da Progressão Funcional, retroativo a dezembro de 2006, conforme aprovação da Lei nº 11.416/06 e pela Resolução nº 22.581 de 30/08/2007. O Sisejufe também formaliza ao tribunal o descontentamento dos servidores com relação a possível mudança de endereço, já que provável localização, na Central do Brasil, tem segurança precária e não dispõe de estabelecimentos de serviços, como restaurantes, por exemplo.

O silêncio do TRT

O descaso do TRT para questão dos passivos dos funcionários fica exposto pelo silêncio em responder aos questionamentos e pedidos do sindicato acerca do pagamento da URV e dos quintos. Em outubro, o sindicato protocolou o ofício 373, em forma de pedido administrativo para que o TRT se posicionasse em favor da preferência no pagamento de passivos para os servidores, diante da possibilidade de se pagar com anterioridade o recente passivo criado para os magistrados pelo julgamento do CNJ. Um ofício identificado foi protocolado no TRF, encaminhado para o CJF e votado na última reunião do órgão. Já

no caso do TRT o silêncio foi a resposta. Reiterando o pedido o sindicato protocolou mais dois pedidos, o primeiro sobre as sobras orçamentárias para o pagamento dos Quintos e o segundo reiterando o pedido do pagamento dos 11,98%. Se o TRT não quer tomar uma decisão a respeito, que remeta ao CSJT ou negue o pedido para que o sindicato recorra. O tribunal não pode protelar a decisão e, no apagar das luzes, usar as sobras orçamentárias para pagamentos de magistrados ou devolvê-las para a União, criando novos passivos. O sindicato vai lutar até o fim para que parte dos passivos seja quitada este ano.

CNJ ensaia controle externo

Max Leone*

O controle externo do Poder Judiciário sempre foi tratado com certa reserva no Brasil. Mas nos últimos dois anos, após a implantação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a sociedade assistiu, na avaliação de especialistas, ao nascimento de um canal que exercesse a função de coibir excessos cometidos por magistrados na hora de proferir uma sentença. O atual corregedor do CNJ, ministro Cesar Asfor Rocha, tem a clareza de que a consolidação do conselho como um órgão controlador do Judiciário permitirá aos cidadãos que se manifestem quando se sentirem prejudicados com o resultado de um julgamento.

Essa seria, então, a explicação para o crescimento do número de representações contra juizes no conselho nos últimos meses. De 28 de janeiro de deste ano até hoje, quando foi implantado o processo eletrônico no CNJ, foram autuados 1.339 processos na Corregedoria. Isso representa 62,33% do total de processos autuados em todo o CNJ no mesmo período (2.148) em todo o país.

“Há uma série de fatores que explicam o aumento de representações. Um deles é a consolidação do Conselho Nacional de Justiça como órgão de controle do Poder Judiciário, graças a divulgação dos atos do CNJ pela mídia”, avalia o corregedor.

O advogado constitucionalista Ronaldo Cramer, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), considera positiva a atuação do CNJ no que diz respeito ao controle do Poder Judiciário. Segundo Cramer, em um regime democrático, como o vivido no país, nada mais salutar que um órgão alheio ao dia-a-dia dos juizes para exercer esse papel fundamental. Ele lembra que, normalmente, o controle era feito pelos próprios tribunais onde os magistrados atuam.



Asfor Rocha: prazos longos entre os principais problemas

“O controle externo é positivo. Ele inibi desvios de condutas e abusos de poder, de arbítrio. Vai punir os casos de maus juizes, que na minha avaliação, são exceções. Isso acaba incentivando as pessoas a fazerem as representações. Elas perdem o medo de sofrerem retaliações”, afirma o conselheiro da OAB-RJ.

O corregedor do CNJ, ministro Cesar Asfor Rocha, revela que o que mais a sociedade reclama dos magistrados é o excesso de prazo que se dá para julgar uma causa, além da questão disciplinar. Mas, Rocha ressalva que é preciso ter cuidado com as representações por demora no julgamento:

“Muitas vezes, o que se tenta é conseguir prioridade no julgamento, não se caracterizando excesso injustificado de prazo. Há que se ter em mente, também, o enorme volume de processos que os juizes recebem”, pondera.

Para o conselheiro da OAB-RJ Ronaldo Cramer, o grande volume de processos que chegam diariamente aos tribunais é motivado pela tendência de tudo no país ser resolvido na Justiça.

“Por isso é que bom ter o controle externo do Judiciário. No sistema democrático muita coisa acaba parando na Justiça para ser resolvida. Evita os excessos”, comenta.

Como reclamar de um juiz

Sobre as penas a que os magistrados estão sujeitos, o corregedor explica que a punição máxima para o juiz em um processo disciplinar é a aposentadoria compulsória, segundo a Lei Orgânica da Magistratura (Loman). Já as disciplinares são: advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

O corregedor do conselho orienta como o cidadão pode reclamar de um juiz, caso se sinta prejudicado com um procedimento do magistrado. Segundo Cesar Asfor Rocha, no próprio *site* do Conselho Nacional de Justiça (cnj.gov.br) podem ser encontrados os modelos de representação disciplinar (RD) e de representação por excesso de prazo (REP).

“Os modelos devem ser impressos, preenchidos, assinados, postados, via correio, para o endereço do Protocolo do CNJ. A representação pode ser enviada por fax, mas, neste caso, o reclamante deverá encaminhar num prazo de cinco dias os originais pelo correio, conforme determina a Lei 9.800/99”, explica Rocha.

Asfor Rocha ressalta que ainda não são aceitas representações feitas por *e-mail*, em razão da inexistência de previsão regimental. Mas ele afirma que está em curso o desenvolvimento de uma ferramenta que possibilitará a interposição *online*, mediante cadastro prévio. O corregedor do CNJ acredita que após a consolidação, o conselho se voltará mais para cumprir seu principal papel, o de estabelecer estratégias para o Judiciário.

“É preciso idealizar condutas e procedimentos que possam melhorar cada vez mais a atuação do CNJ”, diz o corregedor.

*Da Redação.

CJF aprova novas conquistas para servidores

Foto: Bianca Rocha

SINDICAIS



Ação política: Valter Nogueira, desembargador Castro Aguiar, Otton Cid e Roberto Ponciano

Os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves e Roberto Ponciano compareceram à reunião do Conselho da Justiça Federal (CJF) que ocorreu na manhã de segunda-feira, 29 de outubro, no Hotel Sofitel em Copacabana. Várias

questões importantes para os servidores do Judiciário Federal foram discutidas nessa reunião. Algumas das decisões tomadas advieram de pedidos administrativos formulados pelo Sisejufe, que também fez o acompanhamento

político junto ao presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, desembargador Castro Aguiar, para garantir que os projetos fossem pautados e votados. Veja abaixo os principais pontos da reunião.

Horário de atendimento ao público dos TRFs passa a ser de, no mínimo, 8 horas contínuas. Jornada de trabalho, porém, pode ser flexibilizada para 6 horas

O pedido de consulta do presidente do TRF, Castro Aguiar, para a regulamentação de horário e jornada de trabalho suscitou esse debate no CJF. Hoje, no Rio, o horário de funcionamento é de 11h às 19h e o de atendimento ao público de 12h às 18h. O desembargador Castro Aguiar tinha o intuito de alterar o horário de funcionamento do TRF para o período de 10h às 18h. Em virtude dessa consulta, o relator do pedido, ministro do STJ Gilson Dipp, resolveu regulamentar o horário de funcionamento da Justiça Federal de 1º e 2º Graus para todo o país. Dipp determinou que, num prazo de 30 dias, toda a Justiça Federal de 1º e 2º Graus tenha, no mínimo, 8 horas diárias de atendimento ao públi-

co. Os tribunais terão a liberdade de fixar a jornada de trabalho de seus servidores entre 6 e 8 horas conforme determina a Lei 8.112/90. O Sisejufe, pioneiro na discussão da redução da jornada para 6 horas, já tinha pleiteado ao presidente do TRF-2 Castro Aguiar a redução da carga horária. Na ocasião, o sindicato foi informado que a posição dos presidentes dos TRFs era de regulamentar a jornada em 8 horas de trabalho mais uma hora de almoço. Diante dos argumentos do sindicato de que a jornada costumeira é de 7 horas seguidas, ou de 7 mais uma de almoço, e que o aumento de trabalho causaria transtornos na vida do funcionalismo, o presidente do TRF-2 comprometeu-se a defender a

flexibilização para 7 horas. O sindicato também levou ao presidente a problemática criada com a implantação do processo virtual – o que levou os servidores a desempenhar funções análogas a de digitadores, com a ocorrência de LER-Dort e outras doenças ocupacionais. O presidente do TRF -2 também se comprometeu a defender as 6 horas neste caso específico. Com a decisão do CJF, no dia 29 de outubro, o Sisejufe vai reforçar junto ao TRF-2 a necessidade da adoção da jornada de 6 horas com dois turnos – o que, inclusive, poderá ampliar o horário de atendimento ao público para além das 8 horas diárias mínimas.

Servidores de 1ª Instância terão os Quintos corrigidos

Um pedido formulado por servidora da Justiça Federal do Rio de Janeiro, de uniformização de pagamento dos Quintos, estava para ser apreciado há mais de dois anos no CJF.

O Sisejufe foi informado deste recurso recentemente pela própria servidora e interveio junto ao presidente do TRF-2 para que o pedido fosse pautado e para que o presidente Castro Aguiar votasse a favor dele. No cálculo/pagto dos Quintos dos TRFs da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª Regiões os tribunais usaram um determinado valor de cálculo.

A Justiça Federal de 1ª Instância do Rio e o TRF de São Paulo usaram

outro fator, menor, no cálculo dos mesmos Quintos. Disso adveio uma distorção nos valores. Diante da repercussão financeira que isso teria, o sindicato, em audiência com Castro Aguiar, solicitou que ele pedisse urgência na apreciação desse requerimento e que defendesse a aplicação dos percentuais adotados pelo TRF.

Depois da reunião com o Sisejufe, o presidente Castro Aguiar pautou o pedido no CJF e ele foi aprovado por unanimidade. Assim sendo, os servidores da JF de 1ª Instância do Rio de Janeiro terão corrigidos seus valores (a receber ou já recebidos) a maior para se igualarem aos da 2ª Instância.

Aprovado aumento, uniformização e não-exigência de recibo no Auxílio-creche

O pedido administrativo do Sisejufe, formulado há mais de três anos, foi finalmente apreciado pelo CJF, e sua aprovação, por unanimidade, terá abrangência nacional. A regulamentação ficou da seguinte maneira: o valor do Auxílio-creche será reajustado para R\$ 280 líquidos, maior valor nacional. Não será exigida a comprovação de pagamento de creche, já que tal exigência privava os pais de recém-nascidos de receberem os valores gastos com os cuidados com os filhos. O prazo máximo para o recebimento de valor será até os seis anos de idade do dependente, com flexibilidade caso a criança ainda não esteja na primeira série do Ensino Fundamental.

Cargo de Oficial de Gabinete muda de nome

Ficou decidido na reunião do CJF no Rio, dia 29 de outubro, que o cargo de Oficial de Gabinete será denominado de Chefe de Gabinete.

O objetivo dessa mudança de nomenclatura não é por uma simples questão de status.

Com a mudança do nome, os atuais Oficiais de Gabinete terão reconhecida sua atribuição de chefia, sendo assim seus substitutos poderão receber a FC5 durante as férias e impedimentos dos titulares.

CJF acata em parte pedido do Rio de pagamento dos passivos com prioridade para os servidores

Ao final da sessão do CJF, na manhã de segunda, 29 de outubro, no Rio de Janeiro, o presidente do conselho, ministro Gomes de Barros solicitou a saída dos demais para que os membros do conselho deliberassem em sessão reservada. A deliberação foi acerca do requerimento do Sisejufe para se dar preferência nos pagamentos dos passivos aos servidores – de acordo com o critério da anterioridade do crédito. Diante de duas possibilidades, a primeira que o Sisejufe reputa imoral – de pagar o novo passivo de Adicional de Tempo de Serviço dos magistrados em detrimento dos passivos dos servidores – e a segunda, de manter a preferência legal pagando os passivos mais antigos, o CJF optou por uma terceira via: vai pagar os passivos

“equitativamente”. Uma parte do passivo dos servidores e outra parte dos passivos dos juízes. Os valores a serem pagos serão definidos na próxima reunião do conselho de administração do STJ, que verificará a quantidade dos créditos orçamentários disponíveis para pagamento de passivos e aplicará proporcionalmente os pagamentos dos passivos de servidores e juízes. O sindicato considera que esta não foi a solução mais adequada para o problema já que não pedimos privilégio, mas apenas a execução cronológica dos passivos. Ainda que os servidores garantam parte dos seus pagamentos este ano, fica claro que houve uma preferência do pagamento dos passivos que foram admitidos há menos de um mês.



■ O Alienista

A peça *O Alienista* está em cartaz no Teatro Ipanema até dia 19 de novembro. O espetáculo revela ao público um dos mais importantes autores da cultura nacional, Machado de Assis. Com roteiro e direção de Sady Bianchin, a história, passada em Itaguaí, Rio de Janeiro, representa um mosaico de palavras, moldadas em metáforas onde os personagens transmitem o olhar machadiano. O espetáculo é encenado pelo Grutacha (Grupo de Teatro das Faculdades Integradas Hélio Alonso) – único grupo de teatro universitário permanente do Rio de Janeiro, que está completando 10 anos. O Teatro Ipanema, onde *O Alienista* está em cartaz todas as segundas-feiras, fica na Rua Prudente de Moraes, 824 – Ipanema. Os ingressos custam R\$ 10, inteira, e R\$ 5, meia entrada.

■ Lusa – a Matriz Portuguesa

A exposição *Lusa – a Matriz Portuguesa* está em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro apresentando 147 peças, trazidas de museus de Portugal, que ensinam sobre a cultura e a trajetória daquele país dos tempos da pré-história à época do descobrimento do Brasil. A mostra, que ocupa todo o prédio, inicia as comemorações dos 200 anos da vinda da família real portuguesa ao Brasil. A exposição enfoca a origem do povo luso, abordando os povos antigos, o domínio romano, as presenças cristã, judaica e árabe, o período de formação de suas fronteiras chegando ao apogeu do país, com as grandes

navegações. Um dos destaques da exposição é a estátua de granito de um guerreiro celta com quase 2 metros de altura, provavelmente do século I a.C. A mostra fica em cartaz de terça-feira a domingo, das 10h às 21h, até 27 de janeiro de 2008, e expõe obras que nunca saíram do território português. O Centro Cultural Banco do Brasil fica na rua Primeiro de Março, nº 66, Centro, Rio de Janeiro. Maiores informações no telefone (21) 3808-2020. A entrada é franca.



■ Lançamentos da Boitempo: O Ano I da Revolução Russa, de Victor Serge e A ideologia alemã, de Karl Marx e Friedrich Engels



A aguardada edição de *A ideologia alemã*, foi traduzida pela primeira vez diretamente do alemão para o português. O livro é considerado a obra mais importante de Marx e Engels e foi escrito entre os anos 1845 e 1846. O texto é a primeira exposição estruturada da concepção materialista da história. Na obra existe uma crítica onde os dois filósofos ridicularizam o idealismo alemão e articulam

as categorias essenciais da dialética marxista (como trabalho, modo de produção, forças produtivas, aliena-

ção, consciência) constituindo um novo corpo teórico.

O Ano I da Revolução Russa escrito pelo jornalista e revolucionário belga Victor Serge é um vibrante e engajado relato da revolução que mudou os rumos da história mundial. Os antecedentes, a luta e os conflitos revolucionários são narrados por Serge poucos anos após terem acontecido. O livro já foi publicado em 1930, e impressiona a abordagem completa feita por Serge dos vários aspectos do período entre 7 de novembro de 1917 e 7 de novembro de 1918. A obra narra as batalhas, os debates políticos e questões como o alcoolismo nas tropas. A partir de seu cotidiano, Serge fornece os perfis dos principais líderes da época e faz o registro de como foi vivenciar a primeira revolução comunista bem-sucedida no mundo.

■ Comuna do Semente

Toda quinta-feira tem samba de primeira na Lapa, na Comuna do Semente. Quem comanda a roda é o trio Roberta Nistra, Lúcio Sanfilippo e Marcelo Matos, representantes da nova geração do samba carioca. A Comuna do Semente faz parte da história do samba da Lapa, berço de inúmeros grupos e músicos incluindo nomes como Teresa Cristina e Armando Costa. A casa é decorada com exposições de artistas locais, tem capacidade para 80 pessoas e fica na rua Joaquim Silva, 138, junto aos Arcos na Lapa. Maiores informações no telefone (21) 2509-3591 ou (21) 9781-2451. O espaço funciona de domingo a quinta-feira.



Antes que as portas se fechassem

Marlene de Lima*

Atravessando a Barata Ribeiro, Aramis ajustou os multifocais e deu aquele sorriso meio perdido da hipermetropia para os dezenove anos de Elisa, que o esperava na Cardeal Arcoverde. Parou um táxi. Pelo retrovisor, o motorista avaliava o casal.

Sozinhos, ele a esmagou contra a parede acarpetada de azul e a beijou com força. O amor evoluiu pelas poltronas e pufes, onde roupas tiradas no desespero aguardariam.

Muito a ser dito naquela tarde. Mas as palavras se perdiam nas urgências. “Eu queria um feriado só pra nós dois” “Hoje nem é feriado, meu bem, e estamos aqui.” “Forcei a barra pra sair cedo. A criançada ficou com a professora de artes, que não gostou nem um pouco. Por que não nos beijamos na rua, como todo mundo?” – reclamou, se deitando de bruços. Ele percorreu com o gelo do uísque o vale de suas costas, enquanto escolhia as palavras. Num restaurante seria mais fácil. Mas vá ser prudente com essas coisas. Na cama, a conversa definitiva parecia ameaçada.

“Estamos muito apegados um ao outro. Isso não é bom, minha princesa.” Como não? É o que tem de bom. Maravilha.” “Conheço seus truques. Finge não entender: é jovem demais para mim.” “Besteira. Quem vai se importar?” “Seu pai, por exemplo. E com razão. Já ouviu dizer que o mundo é mau?” “Tenho quase vinte anos. Você não é viúvo? A gente pode até se casar.” “Casar! Tá louca?” “Eu disse, porque você falou no meu pai. Mas saiba que estou curtindo muito o amor da gente, de verdade, sem essa de ‘ficar’”.

“Eu também, meu amor. Vamos adiar este papo, tá bem? Já é tarde. Vista a roupa, que tenho uns processos pra ler ainda hoje.”

Ela ficou de pé no colchão, pondo em destaque toda a exuberância do corpinho teen. “Nada disso, seu advogado caxias.” Abriu os braços e, mal se equilibrando, pôs um pé maldoso sobre a sunga comportada. Aramis abriu um riso de sábia complacência. Ela se ajoelhou, quase chorosa. “Não te acho velho. Você é o meu gato, é gostoso, legal. O mais é preconceito. Pra mim, não faz diferença. Mas me diga, cara, quantos anos...?” A coragem, porém, o abandonara.

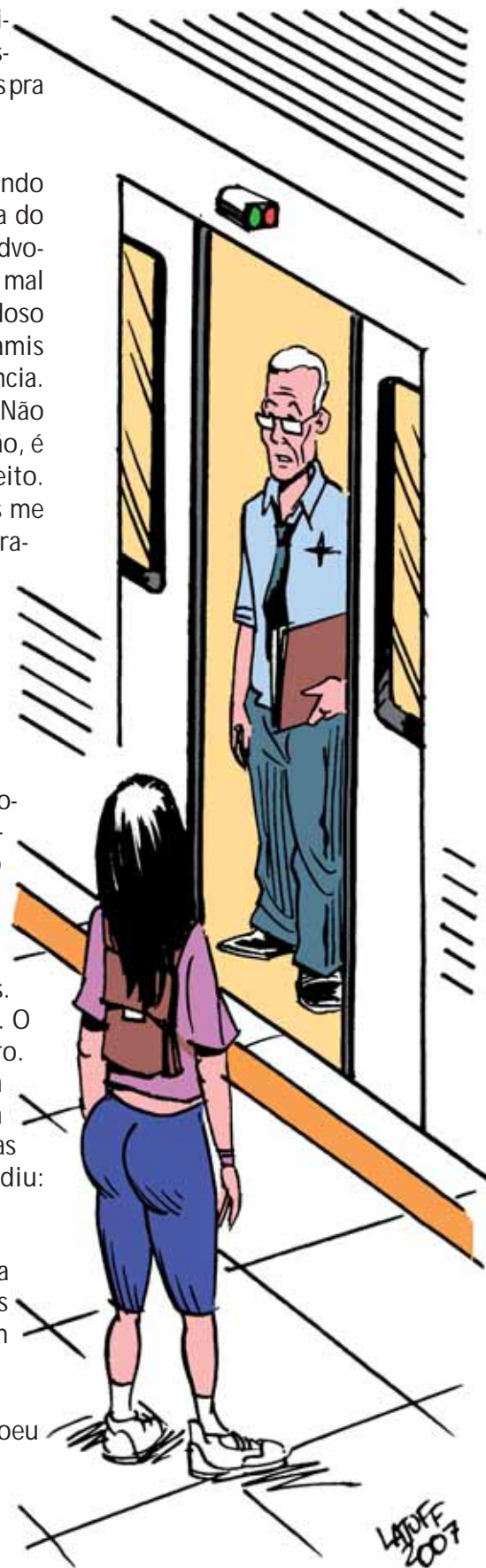
Na volta, esperou no táxi, enquanto ele pegava documentos no escritório da Praça Mauá. Se arrependeu da pergunta. Uma palavra pode ser o tiro de misericórdia. Desceram na Estação Carioca. Chovia um pouco. Elisa abraçou o namorado pela cintura, querendo confirmar um vínculo que – presença – estava por um fio.

Moravam em direções opostas. Poucos passageiros àquela hora. O metrô de Aramis surgiu primeiro. Beijou-a de leve e embarcou. Na plataforma, ela já não esperava a resposta. Mas, antes que as portas se fechassem, a verdade explodiu: “Se-ten-ta-e-dooooiiss.”

Continuou parada, aturdida com o estardalhaço metálico dos vagões, sem notar que seu trem também chegara.

Nunca uma dúzia de letras doeu tanto.

*Funcionária aposentada do TRT-RJ.



TRT contrata arautos de sua extinção

Não é de hoje que a tão respeitada Fundação Getúlio Vargas (FGV), é responsável pela doutrinação e disseminação do pensamento neoliberal que de um período para cá vem ditando as regras da política econômica do país. Instituição privada brasileira, sem fins lucrativos, foi fundada em 1944 para se dedicar ao ensino e à pesquisa em ciências sociais. O que vem exercendo com excelência, na formação do pensamento hegemônico. O surpreendente é que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro tenha chamado a FGV para preparar o seu programa de gestão de pessoal.

Em tempos de políticas neoliberais sem freios, como nos 8 anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso, a tese que prevaleceu foi a de que as administrações públicas deveriam se preocupar e se responsabilizar pela reestruturação do Estado brasileiro no que diz respeito às suas funções econômicas e político-ideológicas.

A teoria dominante pregava que, de produtor direto de bens e serviços, o Estado deveria, e passou a ser, apenas o coordenador de iniciativas privadas, tanto na área econômica, como na área social. Tanto que o programa de privatização se tornou a principal política estatal da ocasião.

Na área social a privatização é complementada por políticas de descentralização, de fragmentação e de focalização. Fundamentada na retirada da responsabilidade direta e universal do Estado pela proteção do trabalho e no estímulo a um associativismo prestador de serviços sociais “de interesse público”, é a época da reforma do aparelho estatal.

As políticas governamentais são definidas por um núcleo estratégico, situado no Executivo central, e a ser executadas por parceiros na “nova sociedade civil”. Posteriormente, essas políticas são avaliadas por esse núcleo central, dinâmica da chamada administração gerencial.

As políticas sociais em geral começam a se constituir em serviços não-exclusivos do Esta-

do, ou seja, que podem ser exercidos simultaneamente pelo Estado, pela iniciativa privada e pelas chamadas organizações públicas não-estatais.

E qual seria a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas? De lá saíram nomes como do ex-ministro Luiz Carlos Bresser Perreira, da economista Elena Landau e de tantos outros baluartes do processo de privatização brasileiro, sempre focados na lógica da responsabilidade social e reformista. E assim se foram as empresas dos se-

tores de telefonia, elétrico e a superpoderosa Vale do Rio Doce para as mãos do capital privado.

Basta fazer uma pesquisa rápida que se perceberá que a produção acadêmica da fundação é voltada para formular idéias que garantam a nova geração hegemônica. As publicações visam difundir a nova mentalidade de estabilidade social, por meio da pedagogia da responsabilidade social. Para a direção do Sisejufe, o pensamento produzido pela FGV é historicamente contrário aos direitos trabalhistas, já que postula a flexibilização e o fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – e consequentemente o fim da Justiça trabalhista.

Como prêmio pela árdua luta da FGV para extinguir a Justiça do Trabalho, principalmente durante os 8 anos do governo FHC, o TRT chamou a instituição para preparar o seu programa de gestão de pessoal. Na proposta constam a extinção de cargos, como os de informática, segurança e carpintaria.

A fundação sugere a terceirização desses setores e o aumento do ritmo do trabalho com uma maior média de processos por servidor. Como se não bastasse, também foi sugerida a redução de valores da algumas FC s. É difícil acreditar, diante disso, que o critério para a contratação da fundação tenha sido meramente técnico. Está aberto o debate.

*Da Redação.

Como prêmio pela árdua luta da FGV para extinguir a Justiça do Trabalho, principalmente durante os 8 anos do governo FHC, o TRT chamou a instituição para preparar o seu programa de gestão de pessoal.

Brasileiros querem a Vale de volta

Max Leone*

Fotos: Arquivo CVRD

Mais de 3,7 milhões de brasileiros participaram do Plebiscito Popular pela Anulação do Leilão da Vale do Rio do Doce. O resultado final, divulgado pelo Comitê Nacional, no dia 8 de outubro, revelou a insatisfação de 3.523.843 cidadãos com a venda da minerada para o capital privado. O total de votos Não, contrários à privatização da Vale, representa 95,09% da quantidade de votos válidos computados pela consulta à população. Apenas 181.668 disseram ser favoráveis à venda. O plebiscito foi realizado de 1º a 7 de setembro deste ano em todo o país. Só a Central Única dos Trabalhadores (CUT), uma das organizadoras, contabilizou mais de 900 mil votos, sendo 96% contrários à venda. A CUT-RJ recolheu mais de 50 mil, com a participação de 40 sindicatos – entre eles o Sisejufe – com 93% dos votantes marcando Não.

A divulgação do resultado final aconteceu no Plenário 9 da Câmara dos Deputados. No dia 10, membros do comitê foram recebidos em audiências por representantes dos poderes Executivo e Legislativo, em Brasília. No Palácio do Planalto, uma delegação do Comitê Nacional das entidades que organizaram o plebiscito foi recebida pelo secretário nacional de Articulação Social, Antônio Roberto Lambertucci, representante do ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci.

Após ouvir as entidades, Lambertucci comprometeu-se em encaminhar os documentos entregues ao ministro Dulci para que fossem repassados ao presidente Lula. A comissão era composta por Julio Turra, diretor executivo da CUT Nacional; Lúcia



Caminhão Fora-de-estrada: Mina de Conceição, em Itabira, Minas Gerais

Stumpf, presidente da UNE; membros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da rede Jubileu Sul.

Na Câmara, a delegação foi recebida pelo presidente da Casa, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), em seu gabinete. Além da entrega dos resultados, se debateu a participação do Comitê Nacional (que agrupa 64 entidades) no encaminhamento de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para realizar um Plebiscito Oficial sobre a retomada da Vale. O presidente da Câmara se prontificou a oferecer os elementos e os procedimentos necessários para encaminhar um projeto de iniciativa popular, que deve ser endossado por 1% do total dos eleitores registrados no país, cerca de 1 milhão e 250 mil assinaturas.

* Da Redação.



Stalingrado, o verdadeiro Dia D

Roberto Ponciano*

No ano em que a humanidade celebra os 90 anos da Revolução Russa, é importante mostrar a atualidade e o papel libertador da Revolução de Outubro e sua importância na nossa vida. Foi a União Soviética a principal responsável pela vitória contra o Eixo nazi-fascista e a libertação da humanidade do perigo do Terceiro Reich. Os historiadores ocidentais fazem de tudo para reduzir a importância da luta russa, passando a designar a invasão da Normandia como o “Dia D” da Segunda Grande Guerra. Nada mais mentiroso.

Antes de tudo é preciso dizer que o regime nazista de Hitler nada tinha em comum com o socialismo soviético. Por mais que tenha havido terríveis erros na condução do socialismo russo, ele era o grande inimigo a ser batido. Desde a ascensão de Hitler ao poder a União Soviética denunciava o rearmamento alemão e os planos imperialistas expansionistas germânicos. Inglaterra e França não só fingiam não ver a escalada belicista alemã, como exultavam com a possibilidade de uma guerra alemã à União Soviética.

Durante a Guerra Civil Espanhola, enquanto a Luftwaffe alemã pôde impunemente rasgar os céus franceses para bombardear soldados e cidades republicanas, o governo francês impediu que o Exército Vermelho passasse pela França para combater ao lado dos republicanos, dificultando sobremaneira o envio de armas pela União Soviética aos resistentes da República. O resultado histórico disto todos já sabem, mas há um outro: a Alemanha nazista pôde treinar táticas de guerra aérea impunemente com as benções das potências “liberais e democráticas”.

Diante da imobilidade e da simpatia do Ocidente frente à Alemanha Nazista é que nasce o pacto de não-agressão germano-soviético, que jamais foi um pacto de cooperação militar. A diplomacia de ambos os países jactava-se de ter tido

uma vitória política sobre o outro lado. Pelo lado alemão, Hitler considerava que com o pacto poderia operar mais livremente a guerra contra o resto da Europa. Pelo lado soviético, Stálin acreditava que entrar em guerra contra a Alemanha seria suicídio e que era necessário um esforço concentrado de guerra para fazer frente ao inimigo. Ambos queriam ganhar tempo para o confronto que viria mais tarde. A história provaria quem estava correto.

Na URSS, o dia de trabalho – que já era de 8 horas por dia em 1927 (é bom lembrar que no Brasil esta conquista data de 1988) – foi estendido para 12 horas e indústrias inteiras foram remodeladas para produzir equipamentos bélicos no esforço de guerra.

Houve um grande erro estratégico diante do pacto. Stálin considerou que a Alemanha Nazista só teria condições de invadir a URSS em 1943 e se descuidou de sua defesa na linha de frente (embora os soviéticos nunca tenham alimentado ilusão de que não haveria confronto com o nazismo). Assim, quando a Alemanha invadiu a União Soviética, em julho de 1941, em que pese todo o esforço industrial de guerra, parecia efetivamente que em meses a União Soviética deixaria de existir. De um total de 7,5 mil aviões, os soviéticos perderam 4 mil só na primeira semana. Considera-se que a URSS perdeu 80% da aviação e mais de 50% dos tanques nos dois primeiros meses de ataque alemão.

Até outubro de 1941 os nazistas já haviam cercado Leningrado e estavam às portas de Moscou. Até novembro, o saldo de destruição era gigantesco e não se podia imaginar que um país arrasado daquele modo pudesse resistir.

O mito do General Inverno

Há um mito ocidental de que os russos só conseguiram derrotar os alemães por conta do “General Inverno”. É verdade que a chegada do pesado inverno atrasou a guerra alemã, mas os alemães não foram parados só pela neve, e não foram derrotados por ela. Foram derrotados no campo da tecnologia e da produção, pela capacidade da URSS se reorganizar em meio ao cataclismo e produzir aeronaves e tanques em tempo recorde. Campos inteiros eram queimados e indústrias eram desmontadas em dias e remontadas na retaguarda. O soldado soviético, vendo que o inimigo alemão assassinava civis, passou a combater até a morte. Na retaguarda alemã, uma incrível guerrilha começa a minar a força e o ânimo dos combatentes germânicos.

O frio fez estragos grandiosos no lado soviético. Sitiados em Leningrado, 1 milhão de pessoas morreram de fome e frio. A diferença é que o exército soviético estava tecnologicamente melhor preparado para o frio. Desde as vestimentas até o tanque e o óleo. Enquanto o óleo dos aeromotores alemães congelava nos tanques e não os deixava decolar, a força aérea soviética, na mesma velocidade que perdia aviões, os fabricava, e conduzia missões consideradas impossíveis em pleno inverno.

Dos sucessos iniciais de 1941 e 1942, a Luftwaffe alemã começou a ser batida no ar pela aviação russa em 1943, em maior número e, agora, desenvolvendo em plena guerra aviões tão ou mais velozes que os alemães, capazes de abater os antes inexpugnáveis inimigos aéreos. No chão, as tropas panzers perderam a superioridade. Se no início da guerra os panzers enfrentam os obsoletos B50 soviéticos, estes sendo destruídos na proporção de 2 por 1, agora enfrentavam os terríveis T34. Mais velozes, melhores blindados, melhor manobráveis no terreno difícil, com um alcance de tiro maior. Pela primeira vez na segunda guerra os nazistas enfrentam um inimigo que



tinha superioridade tecnológica na batalha dos tanques. Isto afeta sobremaneira o ânimo alemão. Divisões inteiras são destruídas em batalhas de tanques descomunais, nas quais os T34 precedem ao avanço inexorável das tropas russas.

Stalingrado também estava cercada desde julho de 1942. Um monte de ruínas com soldados soviéticos escondidos praticamente nos entulhos e nos subterrâneos da cidade, era a última cidadela contra o avanço do exército alemão rumo ao petróleo e o trigo dos campos soviéticos. 63,8% de toda a força militar do Eixo encontrava-se na URSS neste momento (incluindo suas tropas mais capazes). Hitler queria capturar Stalingrado e seguir rumo ao Leste, para se juntar aos japoneses que estavam prontos para invadir a Índia, e rumo ao Sul, para juntar as tropas de Rommel, que combatia no Oriente.

Numa resistência tenaz, Stalingrado combate 200 dias, sitiada, faminta, muitas vezes com dificuldades de se abastecer de munições. Três exércitos alemães,

dois romenos, um húngaro e um italiano cercam Stalingrado. A situação parecia pender para a Alemanha, mas, devido à grande resistência militar, ao grande esforço do povo soviético durante a guerra para suprir o Exército Vermelho e a superioridade tecnológica e bélica conseguida devido a isto, a cidade não só resiste na batalha mais sangrenta da história, mas, incrivelmente, os soviéticos contra-atacam e aí começa o fim do nazifascismo.

Os exércitos soviéticos conseguem com a ajuda da força aérea e dos T34 flanquear os exércitos romenos e cercam aproximadamente 300 mil soldados alemães em novembro de 1942. Os alemães ainda resistem dois meses, mas em 16 de janeiro de 1943 o general Paulus entrega-se com o remanescente do seu exército. Na batalha de Stalingrado os soldados do Eixo haviam perdido cerca de 800 mil homens, o Exército Vermelho havia perdido 1 milhão e 100 mil. O exército americano, durante toda a guerra perdeu 300 mil.

Depois da derrota de Stalingrado, a máquina bélica alemã foi completamente desbaratada, e os soviéticos bateram as tropas alemãs até Berlim. Os aliados não invadiram a Normandia senão depois da vitória soviética em Stalingrado (embora Stálin clamasse por esta invasão fazia tempo) e a celeridade na invasão da Normandia se deveu principalmente ao temor de que URSS tomasse toda a Alemanha sozinha, já que a Alemanha estava militarmente derrotada. Fica claro então que o verdadeiro “dia D” da Segunda Guerra foi a batalha de Stalingrado. Mesmo sem a invasão da Normandia os nazistas teriam sido vencidos sozinhos pelo Exército Vermelho, que já havia derrotado o grosso das tropas alemãs e as estava levando de volta para o Reichstag. Para concluir, devemos lembrar que mais de 25 milhões de soviéticos morreram na luta contra o nazi-fascismo.

*Escritor e diretor do Sisejufe.

O sindicalismo brasileiro

Helder Molina*

Em 1945 os comunistas tentam impulsionar uma ruptura do sindicalismo com o Estado. Essa busca de alternativa se materializa na criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUP). Eles reivindicam uma reforma sindical, nos aspectos mais importantes da estrutura oficial, como o direito de organizar sindicatos independentes da chancela do Ministério do Trabalho, e uma maior autonomia política para suas ações.

Apesar dessa busca de autonomia, os comunistas continuam participando da Frente Democrática Antifascista, no período inicial da "Guerra Fria", em aliança com os setores ligados ao Vargasismo. "Guerra Fria" é a denominação que se dá ao processo de trégua capitaneado pelos EUA e URSS com o fim da Segunda Guerra Mundial, em que se divide o mundo em dois grandes blocos geopolíticos – o bloco comunista, ou o do Leste Europeu, sob liderança da URSS, e o bloco capitalista, na Europa Ocidental e Américas, com hegemonia dos EUA.

Em 1947, o Partido Comunista Brasileiro é colocado na ilegalidade e a repressão aos comunistas volta com toda força. Mesmo assim, ao arrepio da legislação trabalhista e sindical, o movimento sindical busca se organizar de forma autônoma, surgindo várias organizações sindicais independentes, sob forma de plenárias, movimentos horizontais, articulações interstaduais. Criada na década de 1950, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) foi a mais importante. Ela se consolida no início dos anos 1960, já no governo de João Goulart (1961-1964), basicamente formada por sin-

dicatos oficiais e, contraditoriamente, com a participação de sindicalistas de oposição à estrutura oficial.

No contexto nacional-desenvolvimentista, nos anos 1950 até início da década de 1960, o movimento sindical se fortalece. Os sindicatos se transformam em interlocutores importantes dos trabalhadores diante dos patrões e do Estado. Essa influência institucional crescente torna o sindicalismo participante da vida política nacional. Mesmo com esse aumento de influência os sindicatos não conseguiram organizar a maioria, e nem superar a dependência do Estado.

Com a crescente industrialização e a conseqüente urbanização, como produto desta, há um processo de declínio do campesinato e do trabalho no setor agrário da economia. A classe operária e o trabalho nas fábricas assumem um protagonismo que tem como desdobramento a maior influência dos sindicatos operários e urbanos como força política de vanguarda nas lutas e movimentos políticos, principalmente no início dos anos 1960.

Os fenômenos da industrialização e urbanização e expansão para os estados do interior (Centro-Oeste, Norte) fortalece outros grupos e camadas sociais, como as classes médias, os empresários industriais, a burocracia estatal, os militares e segmentos da intelectualidade brasileira. Consolida-se uma sociedade civil diferenciada, urbana e incorporada ao espírito da indústria, do comércio e do consumo. A classe dominante, e as classes médias, como acontece historicamente, se tornam protagonistas dos valores conservadores e individualistas, agora alimentadas pela possibilidade de maior consumo.

No governo de João Goulart há um



“O fantasma vermelho, a ameaça do comunismo e o medo do barulho das ruas tão largamente vociferados e ardilosamente fermentados pela direita brasileira, não foram devidamente dimensionados pelas forças da esquerda social e política nos anos 1961-1964. Veio o golpe fascista, executado pelos militares, sob patrocínio do grande capital estrangeiro e do governo dos EUA.”

acirramento dos conflitos de interesses entre esses diferentes grupos. Os embates políticos se aguçam na medida em que o espaço público se alarga. Os sindicatos assumem a ponta desse processo de confrontação, intensificando as lutas salariais e em defesa de

o no início da Guerra Fria



direitos trabalhistas, e questionando a crescente dependência econômica do Estado brasileiro aos capitais externos.

A classe operária, setores do funcionalismo público, como os professores, e os estudantes (o movimento estudantil é, nesse contexto histórico, um importante sujeito político coletivo) intensificam as jornadas de lutas e as exigências por reformas de base, principalmente nos campos da educação, saúde, moradia, emprego e reforma agrária.

Os comunistas, lideranças independentes vinculadas aos setores progressistas da Igreja, e intelectuais nacionalistas assumem abertamente a defesa das reformas, da ampliação das lutas sociais, da ruptura com a dependência econômica e política externas e, por consequência, a defesa do governo Goulart. Pressionam o Estado para obter ganhos econômicos, sociais e políticos. A correlação de forças, aparentemente, possibilitava o avanço dos movimentos sociais, e o gover-

no sinalizava favoravelmente nessa direção.

O movimento sindical busca maior autonomia, formando uniões sindicais independentes, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT, mas não confunda com a outra, que era Confederação), fundado em 1962, no auge das lutas operárias e estudantis. Intensifica-se a participação dos sindicatos na vida política nacional. Perigosamente, essa crescente influência não resultou em maior aprofundamento da autonomia, fortalecimento coletivo e formação política dos trabalhadores. Não se constituíram movimentos independentes e desatrelados do Estado, mas sim vinculado aos interesses deste. O apoio de Goulart aos sindicatos, essa aliança do sindicalismo com o Estado, produziu uma ilusão de poder, uma subestimação das reais forças da classe trabalhadora.

Os sindicatos foram estimulados a radicalizar nos discursos e nas ações políticas, indo muito além do que

suas próprias forças garantiam. Um sindicalismo de vanguarda, sem a suficiente retaguarda das massas. Não se nega a necessidade e a coerência de se buscar as lutas de massas, as ruas, as reivindicações coletivas como instrumentos essenciais aos trabalhadores, na busca de seus direitos e na transformação do Estado. O que se questiona é se as direções compreendem a realidade objetiva e a correlação das forças em disputa no terreno da luta de classes. A nosso ver, subestimou-se a capacidade de reação das classes dominantes e dos setores médios urbanos, eivados de conservadorismo e outros valores burgueses.

O fantasma vermelho, a ameaça do comunismo e o medo do barulho das ruas tão largamente vociferados e ardidamente fermentados pela direita brasileira, não foram devidamente dimensionados pelas forças da esquerda social e política nos anos 1961-1964. Veio o golpe fascista, executado pelos militares, sob patrocínio do grande capital estrangeiro e do governo dos EUA.

Uma lição que mais tarde seria aprendida pelo movimento sindical pós-ditadura militar, que as direções não podem substituir as massas, ao contrário, só o movimento concreto da classe pode garantir conquistas e poder político.

No próximo número de *Idéias em Revista* analisaremos o sindicalismo e as lutas sindicais sob a ditadura militar. Os anos de chumbo e as alternativas de resistência, tanto política quanto armada, ao horror fascista que se abateu sobre o Brasil, de 1964 a 1984.

*Historiador, assessor de formação da CUT-RJ e coordenador do curso Marxismo do Sisejufe.

O rolo do Rolex

Zeca Baleiro*



Zeca Baleiro

No início do mês, o apresentador Luciano Huck escreveu um texto sobre o roubo de seu Rolex. O artigo gerou uma avalanche de cartas ao jornal, entre as quais uma escrita por mim. Não me considero um polemista, pelo menos não no sentido espetaculoso da palavra. Temo, por ser público, parecer alguém em busca de autopromoção, algo que abomino. Por outro lado, não arredo pé de uma boa discussão, o que sempre me parece salutar. Por isso resolvi aceitar o convite a expor minha opinião, já distorcida desde então.

Reconheço que minha carta, curta, grossa e escrita num instante emocionado, num impulso, não é um primor de clareza e sabia que corria o risco de

interpretações toscas. Mas há momentos em que me parece necessário botar a boca no trombone, nem que seja para não poluir o fígado com rancores inúteis. Como uma provocação.

Foi o que fiz. Foi o que fez Huck, revoltado ao ver lesado seu patrimônio, sentimento, aliás, legítimo. Eu também reclamaria caso roubassem algo comprado com o suor do rosto. Reclamaria na mesa de bar, em família, na roda de amigos. Nunca num jornal.

Esse argumento, apesar de prosaico, é pra mim o xis da questão. Por que um cidadão vem a público mostrar sua revolta com a situação do país, alardeando senso de justiça social, só quando é roubado? Lançando mão de privilégio dado a personalidades, utiliza um espaço de debates políticos e adultos para reclamações pessoais (sim, não fez mais que isso), escorado em argumentos quase infantis, como "sou cidadão, pago meus impostos". Dias depois, Ferréz, um porta-voz da periferia, escreveu texto



Ferréz



Luciano Huck

Por que um cidadão vem a público mostrar sua revolta com a situação do país, alardeando senso de justiça social, só quando é roubado?

no mesmo espaço, "romanceando" o ocorrido.

Foi acusado de glamourizar o roubo e de fazer apologia do crime. Antes que me acusem de ressentido ou revanchista, friso que lamento a violência sofrida por Huck. Não tenho nada pessoalmente contra ele, de quem não sei muito. Considero-o um bom profissional, alguém dotado de certa sensibilidade para lidar com o grande público, o que por si só me parece admirável. À distância, sei de sua rápida ascensão na TV. É, portanto, o que os mitificadores gostam de chamar de "vencedor". Alguém que conquista seu espaço à custa de trabalho me parece digno de admiração.

E-mails de leitores que chegaram até mim (os mais brandos me chamavam de “marxista babaca” e “comunista de museu”) revelam uma confusão terrível de conceitos (e preconceitos) e idéias mal formuladas (há raras exceções) e me fizeram reafirmar minha triste tese de botequim de que o pensamento do nosso tempo está embotado, e as pessoas, desarticuladas.

Vi dois pobres estereótipos serem fortemente reiterados. Os que espinharam Huck eram “comunistas”, “petistas”, “fascistas”. Os que o apoiavam eram “burgueses”, “elite”, palavra que desafortunadamente usei em minha carta. Elite é palavra perigosa e, de tão levemente usada, esquecemos seu real sentido. Recorro ao Houaiss: “Elite - 1. o que há de mais valorizado e de melhor qualidade, especialmente em um grupo social [este sentido não se aplica à grande maioria dos ricos brasileiros]; 2. minoria que detém o prestígio e o domínio sobre o grupo social [este, sim]”.



Reinaldo Azevedo

A surpreendente repercussão do fato revela que a disparidade social é um calo no pé de nossa sociedade, para o qual não parece haver remédio – desfilaram intolerância e ódio à flor da pele, a destacar o espantoso texto de Reinaldo Azevedo, colunista da revista Veja, notório reduto da ultradireita caricata, mas nem por isso menos perigosa. Amparado em uma hipócrita “consciência democrática”, propõe vetar o direito à expressão (represália a Ferréz), uma das maiores conquistas

do nosso ralo processo democrático. Não cabendo em si, dispara esta pérola: “Sem ela [a propriedade privada], estaríamos de tacape na mão, puxando as moças pelos cabelos”. Confesso que me peguei a imaginar esse sr. de tacape em mãos, lutando por seu lugar à sombra sem o escudo de uma revista fascistóide. Os idiotas devem ter direito à expressão, sim, sr. Reinaldo. Seu texto é prova disso.

Do imbróglio, sobram-me duas parcas conclusões. A exclusão social não justifica a delinquência ou o pendor ao crime, mas ninguém poderá negar que alguém sem direito à escola, que cresce num cenário de miséria e abandono, está mais vulnerável aos apelos da vida bandida. Por seu turno, pessoas públicas não são blindadas (seus carros podem ser) e estão sujeitas a roubos, violências ou à desaprovação de leitores, especialmente se cometem textos fúteis sobre questões tão críticas como essa ora em debate.



Rolex

Igual direito de expressão foi dado a Huck e Ferréz. Do imbróglio, sobram-me duas parcas conclusões. A exclusão social não justifica a delinquência ou o pendor ao crime, mas ninguém poderá negar que alguém sem direito à escola, que cresce num cenário de miséria e abandono, está mais vulnerável aos apelos da vida bandida. Por seu turno, pessoas públicas não são blindadas (seus carros podem ser) e estão sujeitas a roubos, violências ou à desaprovação de leitores, especialmente se cometem textos fúteis sobre questões tão críticas como essa ora em debate.

Por fim, devo dizer que sempre pensei a existência como algo muito mais complexo do que um mero embate entre ricos e pobres, esquerda e direita, conservadores e progressistas, excluídos e privilegiados. O tosco debate em torno do desabafo nervoso de Huck pôs novas pulgas na minha orelha. Ao que parece, desde as priscas eras, o problema do mundo é mesmo um só - uma luta de classes cruel e sem fim.

*Nascido José de Ribamar Coelho Santos, é cantor e compositor maranhense. Tem sete discos lançados, entre eles, “Pet Shop Mundo Cão”.

Sem-terra mortos, assassinos soltos

Brasil de Fato*

A trabalhadora Izabel Nascimento de Souza foi surrada, espancada e levou três tiros da milícia contratada pela transnacional suíça Syngenta para reprimir e eliminar o trabalhadores rurais sem-terra. Izabel já não corre perigo de vida, ela saiu do coma após ter perdido o olho direito e tem o braço do mesmo lado afetado por paralisia motora.

O tiro que atingiu a trabalhadora Izabel no rosto, entrou por seu olho, desceu até o ombro e se alojou na região dos pulmões. A trajetória indica que provavelmente o tiro foi dado de cima para baixo, e que, também provavelmente, Izabel estava agachada e olhando para cima, quando foi baleada. Neste mesmo confronto foi assassinado com dois tiros a queima-roupa o militante e trabalhador sem-terra Keno – Valmir Mota. Os trabalhadores Gentil Couto Viera, Jonas Gomes de Queiroz, Domingos Barreto e Hudson Cardin foram feridos e hospitalizados. Dezenas de outros trabalhadores foram igualmente feridos por armas de fogo e espancamento.

Sete pistoleiros da empresa NF Segurança foram presos em flagrante. A empresa foi contratada pela Syngenta, para “fazer o trabalho”. O Ministério Público havia pedido a prisão preventiva dos sete, para a apuração dos fatos. No entanto, por decisão da juíza Sandra Regina Bittencourt Simões, já foram soltos. A decisão da juíza – todos sabem – atrapalhará o inquérito policial. A decisão da juíza teve o objetivo de dificultar as investigações e inviabilizar o andamento do inquérito policial.



Sete pistoleiros da empresa NF Segurança foram presos em flagrante. A empresa foi contratada pela Syngenta, para “fazer o trabalho”. O Ministério Público havia pedido a prisão preventiva dos sete, para a apuração dos fatos. No entanto, por decisão da juíza Sandra Regina Bittencourt Simões, já foram soltos. A decisão da juíza – todos sabem – atrapalhará o inquérito policial. A decisão da juíza teve o objetivo de dificultar as investigações e inviabilizar o andamento do inquérito policial.

A NF Segurança, de acordo com a delegacia da Polícia Federal de Cascavel, age na ilegalidade. Sua proprietária, Maria Ivanete Campos de Freitas, e dois funcionários foram presos em flagrante em 27 de setembro passado. Na ocasião, encontraram munição contrabandeada estocada na sede da empresa. Suspeita-se que a NF seja uma companhia de fachada usada com o objetivo de acobertar ações de grupos como a Sociedade dos Produtores Rurais do Oeste (SRO) e o Movimento dos Produtores Rurais (MPR).

NF Segurança pode ser milícia privada

No dia 25 de outubro, a Associação do Comércio e Indústria de Cascavel (Acic), em reunião aberta ao público, legitimou a ação dos pistoleiros da NF. O presidente da associação, senhor Valdinei Antônio da Silva, acusou os trabalhadores rurais sem-terra de “traficantes, ladrões e seqüestradores”, tratando a milícia privada da NF como “uma empresa de segurança legítima”.

De acordo com o Banco de Dados da Luta pela Terra, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), coordenado pelo geógrafo e professor doutor Bernardo Mançano, o município de Cascavel, o Pontal do Paranapanema, o sudeste do Pará, o Médio Vale do Rio São Francisco e o entorno de Brasília são as regiões que concentram os mais violentos senhores ruralistas, contumazes em “fazer justiça” com as próprias mãos.

*Jornal Brasil de Fato, de 31 de outubro.

A América minada

Fotos: Vinícius Souza e Maria Eugênia Sá



Denúncia: Vinícius e Eugênia estão lançando o videodocumentário "América Minada"

O fotógrafo e jornalista paulista Vinícius Souza, 39 anos, atua desde 2001 na produção de projetos e de matérias internacionais em fotografia documental. Casado há 16 anos com a também fotojornalista Maria Eugênia Sá, Vinícius fala nesta entrevista da guerra civil que tornou a Colômbia, desde 2006, a líder mundial em vítimas de minas terrestres e de munições não detonadas (em espanhol *municiones sin explotar* (Muse). O casal já desenvolveu projetos jornalísticos na Caxemira, região de intensa disputa territorial entre a Índia e o Paquistão; e em Angola (fotos desta viagem foram publicadas na edição nº 7 de *Idéias* – viagem que rendeu o livro *Angola – A esperança de um povo*. Da passagem pela Colômbia, foram produzidos o livro e video-documentário *América Minada*, que mostra que 10 países da América Latina têm campos minados e que na Colômbia a prática ainda é comumente usada pelos diversos grupos armados que disputam território.

Idéias em Revista – O senhor e sua companheira visitaram a Angola, a Caxemira e a Colômbia como repórteres. Voltaram com material inédito, mas não despertaram grande interesse na chamada "grande mídia". Como o senhor vê a barreira imposta pelas redações ao olhar brasileiro sobre os conflitos armados que se espalham pelo mundo?

Vinícius – É mais barato tratar a notícia como um produto qualquer, como sabonete. Por isso se compra pacotes de notícias das agências internacionais como a Reuters e a CNN. Assim, se acaba reproduzindo o que interessa aos estadunidenses. O olhar brasileiro dá mais trabalho, é mais caro, e a nossa mídia é preguiçosa. Se já passou pela "censura" dos EUA, é só publicar aqui e pronto. Assim as seções internacionais dos grandes jornais ficam todas iguais, com as mesmas fontes. É difícil fazer o trabalho que fazemos, mas vamos adiante porque acreditamos nesse jornalismo. E temos publicado bastante em revistas como *Caros Amigos*, *Carta Capital*, e em *sites* como o NPC e o Adital. E é bom lembrar que não interessa aos EUA falar so-

bre o assunto. Eles são um dos poucos países no mundo que não assinaram o Tratado de Ottawa, de banimento das minas.

Idéias em Revista – Mas os EUA são os maiores investidores em programas de erradicação de minas... a contradição é apenas aparente?

Vinícius – Não há contradições nas posições dos EUA. Eles são os maiores financiadores dos programas antiminas, mas a maior parte da grana é usada em países onde os EUA tem invasões militares, como no Afeganistão e no Iraque.

Idéias em Revista – Como o senhor vê o déficit de informação do povo brasileiro sobre a América do Sul e Central em contraposição com a enxurrada de informação sobre Europa e EUA?

Vinícius – É preocupante que saibamos sobre as eleições na Suécia mas não quem é o presidente do Uruguai. Novamente o grande problema é o imperialismo e a globalização também na mídia.

Continua nas páginas 20 e 21

Idéias em Revista – Na sua opinião isso faz parte de uma estratégia maior para isolar os povos latino-americanos e evitar que eles se articulem?

Vinícius – Sem dúvida. Além do que também é mais barato comprar as notícias da BBC de Londres. A quem interessa a integração da América Latina? Na Caxemira, por exemplo, existe o exemplo claro de imperialismo indiano. Há mais de 15 anos que os conflitos na região não são entre Índia e Paquistão e sim entre os separatistas e os exércitos de ocupação de ambas as nações. Mas a mídia globalizada insiste em dizer que a Caxemira é um problema de disputa territorial entre Índia e Paquistão. Não lemos e não ouvimos em nenhum lugar que existem 18 grupos separatistas só na parte ocupada pela Índia e que o exército indiano usa o estupro em massa como tática de guerra para quebrar a vontade de liberdade do povo.

Idéias em Revista – Vocês desenvolvem este tipo de reportagem por ideologia?

Vinícius – Sim, mas não só ideologia política. Também ideologia da notícia. Achamos que as histórias importantes precisam ser contadas, independentemente do lado que o jornalista esteja. Eu e Eugênia, por exemplo, somos socialistas. Apoiamos o processo histórico de Cuba e a revolução na Venezuela. Mas quando escrevemos um artigo sobre a questão das minas na América Latina temos que informar que Cuba também não assinou o Tratado de Ottawa. E que a Venezuela não desminou os campos ao longo da fronteira com a Colômbia.

Idéias em Revista – Na Colômbia, que é a atual líder mundial em minas terrestres, quem são os principais responsáveis pelos campos minados?

Vinícius – Todos os grupos armados que atuam naquele país. Hoje, especialmente, o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN). Mas também o Exército, os paramilitares e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Cerca de 50% dos mortos e feridos por minas na



O Exército mina arredores de torres de energia

“Histórias importantes precisam ser contadas. Eu e Eugênia somos socialistas, mas quando escrevemos um artigo sobre a questão das minas na América Latina temos que informar que Cuba também não assinou o Tratado de Ottawa. E que a Venezuela não desminou os campos ao longo da fronteira com a Colômbia.”

Colômbia, oficialmente, são militares. Mas isso porque são os militares que registram melhor os seus feridos. A outra metade de atingidos são identificados como “não militares”. Podem, inclusive, ser guerrilheiros e não assumem, ou mesmo civis. De qualquer forma, na realidade a metade dos feridos, mutilados e mortos por minas naquele país são crianças e adolescentes.

Idéias em Revista – No documentário *América minada* vemos que as vítimas, na maioria, tem um tom delicado, controlado, não são pessoas que expressam revolta pelo fato de estarem mutiladas. Esse tom cuidadoso ao lidar com o assunto tem a ver com a constante pressão que essas populações sofrem do exército, dos paramilitares e dos guerrilheiros?

Vinícius – Eu diria que as vítimas na Colômbia são resignadas, mais do que revoltadas. Elas vivem numa guerra civil há 40 anos. E como todos os lados plantam minas, a quem culpar? Ainda assim alguns culpam claramente a guerrilha.

Idéias em Revista – No caso da Colômbia, quais são as distorções mais recorrentes sobre as Farc, o Exército, o ELN e os paramilitares na mídia?

Vinícius – No caso dos paramilitares, que eles estariam sendo desarmados e pacificados. É mentira pura e simples. Na verdade, eles estão saindo da frente do palco, como grupo identificado, e seus chefes estão entrando para a política com anistia total sobre seus crimes, mantendo as propriedades roubadas do povo e ganhando influência no governo. O ELN está sendo dizimado realmente. Estes sim querem depor as armas e lutar politicamente como partido, assim como ocorreu com o M-19, mas o governo diz que negocia quando, na verdade, extermina. Já as Farc é mais complicado porque a maior parte realmente apóia a produção de cocaína e tem nela sua renda e seu maior poder. Com eles sim o governo teria de negociar para achar uma paz duradoura na Colômbia. Mas enquanto Uribe for presidente isso é impossível. Boa parte dos ideais socialistas das Farc foram abaixo e o pragmatismo da cocaína/dinheiro impera.



Vinícius em Angola



Muletas e maturidade forçada



Crianças são as principais vítimas



Família mutilada: Nancy, ao centro, perdeu a perna direita ao socorrer o pai Manuel. Sua mãe foi atingida no rosto

Idéias em Revista – Muitos analistas dizem que a intervenção e o apoio de Washington a Uribe camufla a tentativa de controlar os meios de produção da droga e não buscar sua erradicação. O senhor concorda?

Vinicius – Os EUA sabem que é impossível erradicar a droga, mas não acho que queiram controlar a produção. A intervenção é mais para justificar os gastos militares na moralista “guerra contra as drogas”.

Idéias em Revista – Vocês fotografaram e filmaram muitas vítimas de minas. Como se deu esse contato?

Vinicius – Conhecemos um menino, que estava em Bogotá esperando por uma cirurgia, numa missão gerenciada por uma alemã. Ele é o caso típico de uma criança curiosa que foi pegar algo que não conhecia no chão e era um artefato explosivo. Ficou com uma cicatriz chocante no rosto. Se houvesse uma campanha grande de esclarecimento sobre as minas na mídia local, esses casos seriam minimizados. Esse menino foi fotografado com uma máscara de Halloween, uma ironia é que numa festa de origem estadunidense ele possa sair na rua sem medo do preconceito. Conhecemos uma moça muito bonita, que está sendo atendida por uma ONG em Medellín que faz a mediação de atendimento com o governo, que consegue os documentos das vítimas para pedir indenização ao Estado e que dá auxílio a visitas a hospitais e próteses. A moça deve ter hoje uns 24

“Apesar das minas, 80% das vítimas de arma de fogo na Colômbia são mortas ou feridas em situações idênticas as que vivemos aqui. São brigas de bar, balas perdidas, etc., nada a ver com a guerrilha. A violência no Brasil também é imensa.”



anos e é camponesa. Ela seguia o pai no campo, o pai pisou numa mina e perdeu um pé, ela correu para ajudá-lo e pisou noutra mina. Estava com um bebê no colo que não se feriu por milagre. São pessoas simples e muito religiosas. Aceitam seu destino como “vontade de Deus” e rezam para melhorar de situação. Não têm nenhum tipo de ajuda psicológica específica. Apesar disso, 80% das vítimas de arma de fogo na Colômbia são mortas ou feridas em situações idênticas as que vivemos aqui. São brigas de bar, balas perdidas, etc., nada a ver com a guerrilha. A violência no Brasil também é imensa. Eu perdi um irmão de 24 anos assassinado num assalto a poucas quadras de casa, em 1997. Roubaram dele um talão de cheque, 30 reais e o som do carro, um Fiat Uno.

Idéias em Revista – O assassinato de seu irmão lhe mobilizou para contar as histórias de pessoas que vivem em situações de violência?

Vinicius – Me mobilizou a buscar o que era importante pra mim e não apenas trabalhar pra ganhar dinheiro e comprar coisas.

Idéias em Revista – E o que é importante para o senhor?

Vinicius – Para mim e para a Gê (*Maria Eugênia Sá, sua companheira*) o importante é mostrar a vida das pessoas. Infelizmente a vida é dura, difícil e muitas vezes violenta, mas esperamos que, com nosso trabalho, possamos denunciar essas mazelas e ajudar a solucioná-las.

México, um país de contrastes e censuras

UNICEF/México/Maurício Ramos



Mário Augusto Jakobskind*

No México, país que ficou em segundo plano na mídia internacional depois de uma eleição presidencial suspeita, a Televisa, segundo denúncias, pressionou a distribuidora Warner Bros. no sentido de não exibir o documentário de Luis Mandoki sobre o processo eleitoral de 2006 que culminou com a duvidosa vitória do presidente Felipe Calderón. Para Mandoki e o produtor do documentário, Federico Arreola, a pressão representa um ataque contra a liberdade de expressão. Mandoki é também o autor do documentário *Quem é o senhor Lopez?*, sobre o candidato do Partido Revolucionário Democrático (PRD) Andrés Manuel Lopez Obrador, que vendeu mais de dois milhões de cópias em DVD.

Até agora, nenhum dos rotineiros defensores da liberdade de expressão se posicionou contra as pressões da Tele-

visa, possivelmente amando do governo de Felipe Calderón, que em um ano de mandato só favoreceu os poderosos grupos econômicos que jogaram todas as cartas para evitar a derrota do atual presidente mexicano. Repórteres sem Fronteira e a Sociedade Interamericana de Imprensa, a SIP, por exemplo, não se ocupam de países onde os governantes são de absoluta confiança da mídia conservadora. Preferem concentrar as baterias contra governos de outro tipo, que colocam em questão a potência hegemônica.

Em termos comparativos, Calderón, do Partido Ação Nacional, estaria ainda mais a direita de um Geraldo Alckmin, candidato derrotado na última eleição presidencial brasileira. Na campanha presidencial mexicana, o candidato que venceu por meio ponto a Lopez Obrador, mesmo assim sem recontagem de votos suspeitos, jogou pesado com a ajuda da mídia conservadora. Calderón não conseguiu responder a uma série de questões, como, por exemplo, ter favorecido a um cunhado quando foi ministro e assim sucessivamente. Tudo ficou por isso mesmo.

O atual presidente mexicano está levando adiante uma radical política econômica neoliberal, que seria também aplicada no Brasil se o vitorioso tivesse sido Alckmin.

Por que será que a mídia conservadora não divulga a censura ao documentário sobre a eleição fraudulenta de Felipe Calderón? Por que será que outros meios de comunicação pela América Latina adotam a mesma filosofia quando se trata de decidir sobre a divulgação de

questões de interesse dos leitores, ouvintes ou telespectadores?

Qual será o motivo, por exemplo, da mídia nacional não divulgar que 3,3 milhões de crianças e adolescentes mexicanos, meninos e meninas, entre seis e 14 anos, trabalham. É que as elites mexicanas, a mesma que apoiou Calderón, tenta de todas as formas esconder que o fenômeno tem como origem a exclusão, a pobreza e a desigualdade social.

Ou seja, os ricos do México, sempre cada vez mais ricos, tentam de todas as formas esconder o fato de o modelo econômico vigente ser a principal causa de tantos menores de idade trabalharem.

No México, segundo as estatísticas, a cada ano 300 mil meninos e meninas, em sua maioria indígenas dos estados de Oaxaca, Guerrero, Chiapas, Veracruz, Puebla e Michoacán abandonam as suas comunidades para emigrar com as famílias para as áreas agrícolas no norte do país, particularmente Sinaloa y Baja California, em busca de trabalho e renda.

A propósito de crianças e adolescentes, no mundo inteiro, segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT), cerca de 218 milhões deles trabalham, sendo que 132 milhões se dedicam à agricultura, considerada uma das três atividades mais perigosas, juntamente com a mineração e a construção.

No Congresso mexicano estão propondo que se investigue o ex-presidente Vicente Fox, que está sendo acusado de enriquecimento ilícito durante o período em que governou o país azteca, de 2001 a 2006. Mais um para a coleção...

*Jornalista.

Passagem desbotada na memória... ... das nossas novas (e velhas) gerações

Ernesto Germano Parés*

Em 1881, no Ceará, as caravelas que chegavam transportando mercadorias para a província e que deveriam receber os produtos que seriam exportados não conseguiam alcançar o porto devido aos bancos de areia e recifes existentes no litoral. Este trabalho era feito por jangadeiros que conduziam os produtos do porto até as galeras e traziam as mercadorias, inclusive escravos que eram levados para a província. Mas, curiosamente, estes jangadeiros eram ex-escravos alforriados ou filhos de escravos que já haviam conquistado a liberdade. Chefiados por Francisco José do Nascimento – o Dragão do Mar – resolveram se rebelar contra a manutenção da escravidão e entram em greve. Imaginem o que significa a mercadoria se acumulando no porto sem ser embarcada ou o quanto custa uma caravela ancorada ao largo sem poder descarregar seus produtos! Pois é.

A situação ficou tão complicada que os proprietários do Ceará pediram uma reunião de urgência na Câmara da Província e os deputados acabaram votando uma lei abolindo a escravidão. O Ceará foi o primeiro estado brasileiro a acabar com a escravidão, sete anos antes da Lei Áurea (1888), e esta é uma vitória devida aos jangadeiros comandados pelo Dragão do Mar. Sim, é claro que os livros que contam a “história oficial” jamais falam nisso. Como deixar o povo saber que uma greve de negros aboliu a escravidão?

Conheço esta história desde 1992, mas sempre que eu a contava, em minhas palestras e cursos, as pessoas me

olhavam como se eu falasse de um disco voador ou de um ET. Os livros de história não registram o fato e isso nunca apareceu na telinha da Globo.

É verdade que a cultura popular até faz referências não muito claras, como na música de Aldir Blanc e João Bosco. Bem, há cerca de três ou quatro anos eu soube que um jornalista cearense estava levantando esta história. Foi construído um espaço público em homenagem ao “Dragão do Mar”, com salas para eventos culturais, exposições, etc. E um imenso painel, usando uma gravura feita em 1884! Quando estive pela última vez em Fortaleza, em setembro, corri para registrar o herói de que falo há tanto tempo. Depois andei pela beira da praia, no mesmo cais onde ele andou, olhando para as pedras escuras que lhe servem de monumento...



*Consultor e pesquisador do Movimento Sindical. Professor do curso Marxismos do Sisejufe.

O Mestre-Sala dos Mares

João Bosco/Aldir Blanc

Há muito tempo
Nas águas da Guanabara
O Dragão do Mar reapareceu
Na figura de um bravo feiticeiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como o navegante negro
Tinha dignidade de um mestre-sala
E ao acenar pelo mar, na alegria
das regatas
Foi saudado no ponto
Pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de
mulatas
Rubras cascatas
Jorravam das costas dos santos
Entre cantos e chibatas

Inundando o coração
Do pessoal do porão
Que a exemplo do feiticeiro
Gritava então
Glória aos piratas
Às mulatas
Às sereias
Glória à farofa
À cachaça
Às baleias
Glória à todas as lutas inglórias
Que através de nossa história
Não esquecemos jamais
Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

Loucura narcisista

Bianca Rocha*

Dentre os males modernos classificados por especialistas como típicos da cultura ocidental, está a anorexia – doença caracterizada por uma insuficiente dieta alimentar, popularmente conhecida como a “doença da magreza”. O distúrbio psicológico alimentar está diretamente associado com a bulimia, doença que leva o indivíduo a vomitar tudo o que ingere. A anorexia, que atinge na grande maioria dos casos mulheres jovens, é considerada um dos piores males da sociedade atual e já é a principal causa de morte entre as portadoras de transtornos psicológicos.

De acordo com depoimentos de mulheres anoréxicas, quem tem esse tipo de distúrbio alimentar não se vê como um doente, apenas como uma pessoa determinada a ficar mais bonita e ser aceita num contexto social. Para as “Anas” (anorexas) e “Mias” (bulímicas) – como se denominam as jovens que padecem desse mal – a repulsa pelo alimento torna-as mais fortes, elas recusam comida, mas sentem fome como qualquer um. As portadoras da doença usam a Internet para trocar experiências, combinam datas para iniciar juntas um período *no food* (sem comida) e oferecem apoio umas às outras para manter a abstinência. Essas meninas se vangloriam como garotas disciplinadas que necessitam umas das outras para manter suas dietas malucas à base de Coca-Cola Light, chás e chicletes sem açúcar.

A doença, subjetivamente, traz uma recusa inconsciente de crescer, tentando conservar as formas de infância (ser pequeno e sem curvas). A tentativa de controle do corpo surge

assim como uma forma inconsciente de compensação de um sentimento generalizado de incapacidade, de dependência e de dificuldades de autonomia. O criador da psicanálise Sigmund Freud escreveu que todos os seres humanos têm uma pulsão de morte. Em termos simplistas, é a parte que está caminhando para a morte, para as doenças e para a depressão. Essa pulsão costuma ser bem menor do que o seu oposto, a pulsão de vida, que faz viver, ser feliz e buscar relacionamentos. Assim, no caso dessas duas pulsões estarem em desequilíbrio, e a de morte ser mais forte, as pessoas podem desenvolver uma tendência a doenças, à depressão e até a própria morte.

A anorexia já fez várias vítimas famosas, e o caso mais recente é o da modelo brasileira Ana Carolina Reston Macan, que morreu aos 21 anos, em 15 de novembro do ano passado, pesando 40 quilos. Vítima de complicações provocadas pela anorexia nervosa, havia declarado sete meses antes de morrer que tinha perdido o controle e que havia parado de comer. “Às vezes ainda me acho gorda. Eu tenho uma imagem distorcida de mim”, afirmou numa entrevista dias antes de sua morte. A família, no início, não percebeu que a modelo tinha algum tipo de distúrbio alimentar.

Foto: <http://kyle-me.net/wordpress/wp-content/abkontakt-anorexia.jpg>



Ainda “gorda”: doente tem imagem distorcida de si mesma

“Quando ela passava mal e vomitava, abria o chuveiro para que ninguém ouvisse, quando descobrimos já era tarde”, disse uma tia da modelo lembrando como a sobrinha camuflava a doença.

A atual conjuntura social favorece o desenvolvimento deste tipo de distúrbio. Um padrão de beleza inalcançável e sua difusão na mídia leva aos extremos o desafio de ser bela. Anoréxicas se espelham em modelos famosas que também não levam vidas saudáveis. Para algumas modelos, a anorexia é o preço para se manter nas passarelas badaladas. A cura dessa doença passa pelo apoio familiar e, principalmente, pela ruptura com os padrões estéticos difundidos como desejáveis pela mídia.

*Da Redação.

Feminismos e Relações de Gênero

Patrícia Abel Balestrin*

Ao participar de um programa de rádio em Recife¹, o apresentador perguntou a mim e a outra participante se o feminismo não teria caído de moda... Sheila Bezerra² respondeu que o feminismo só teria caído de moda se o machismo também caísse... Depois afirmou que não estaria opondo o feminismo ao machismo, pois, de fato, não são fenômenos ou movimentos opostos. Enquanto o feminismo – ou seria melhor dizê-lo no plural: os feminismos – são movimentos e teorizações que colocam no centro de seus debates as construções sociais em torno do gênero e das mulheres prioritariamente, o machismo é uma forma de discriminação muitas vezes naturalizada em nossa sociedade que coloca a mulher como um ser inferior ao homem.

O machismo pressupõe uma hierarquia nas relações e se manifesta de diversas formas: desde uma palavra que ofende, menospreza e/ou inferioriza a pessoa pelo fato de ser mulher até formas de violência consideradas mais graves como a violência física, sexual e patrimonial. Muitas vezes esse machismo está sutilmente colocado em piadas, expressões culturais, músicas, falas e tons de falas que implicitamente (ou nem tão implicitamente assim) partem do princípio de que as mulheres são mais frágeis, incapazes de determinados feitos, menos inteligentes para algumas habilidades, enfim, “pequenas verdades”

Enquanto os feminismos são movimentos e teorizações que colocam no centro de seus debates as construções sociais em torno do gênero e das mulheres prioritariamente, o machismo é uma forma de discriminação que coloca a mulher como um ser inferior ao homem.

A crítica feminista surge para se contrapor ao determinismo biológico onde, a partir do sexo marcado num corpo ao nascer, já estaria traçado seu destino e suas possíveis identidades...

que se infiltram até mesmo em conversas mais sérias de gente considerada intelectualizada e bem “cultas”.

Se há um tempo atrás os debates feministas limitavam-se a discussões sobre “a mulher” (no singular), hoje é preciso que se faça uma análise plural e relacional do gênero, incluindo as diferentes feminilidades e masculinidades, além das muitas identidades sexuais que se articulam com o gênero e com outros marcadores sociais como classe, raça/etnia, geração e nacionalidade. **Identidade de gênero** refere-se ao modo como os sujeitos tornam-se femininos e/ou masculinos, diferentemente do **sexo** que seriam as marcas corporais que determinam se um sujeito é homem e/ou mulher. A crítica feminista surge para se contrapor ao determinismo biológico onde, a partir do sexo marcado num corpo ao nascer, já estaria traçado seu destino e suas possíveis identidades...

Nesta lógica, um corpo de homem deveria necessariamente se constituir enquanto um corpo masculino e para seguir a norma deveria desejar um corpo do sexo oposto e feminino. Da mesma forma, o corpo de mulher deveria ser femini-

no e desejar um outro corpo masculino. Esta é a chamada **heteronormatividade** – uma norma que rege nosso pensamento, nossos comportamentos e emoções na direção de uma “heterossexualidade compulsória”. Quando um sujeito foge à esta norma, ele é tido como desviante, anormal, doente, incompleto, imaturo...

Enquanto não entendermos que todos e todas, independente das identidades que assumimos e desejamos, independente da idade que temos e das ocupações que nos têm, somos responsáveis por construirmos uma sociedade baseada na igualdade de gênero, no respeito e na solidariedade, estaremos contribuindo de forma direta ou indireta para que inúmeras formas de opressão e discriminação se mantenham em nossas vidas. É preciso coragem e ousadia para levarmos a sério este debate e imprimirmos em nossas relações cotidianas outras formas de ver, sentir, tocar, e pensar.

*Professora, psicóloga, integrante do Geerge - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero e mestre em Educação pela UFRGS/Porto Alegre.

¹ O programa *Realidades* apresentado por Marcelo Pelizzoli teve como título neste dia: *Mulher, segundo sexo?* Este programa vai ao ar todos os domingos, às 18h, na rádio universitária da UFPE.

² Sheila Bezerra é militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco e mestre em Antropologia pela UFPE/Recife.

Diogo Nogueira faz a festa do servidor

O 8º Botequim do Sisejufe, em homenagem ao Dia do Servidor Público, aconteceu na noite de 26 de outubro, no Clube do Empresário, e reuniu mais de 400 pessoas. A noite foi aberta pelo grupo Roda Carioca, do compositor e servidor do Judiciário Federal Du Basconça. Em seguida, o público continuou no samba com Diogo Nogueira e sua banda. Diogo começou na música aos 12 anos de idade acompanhando o pai, João Nogueira – morto em 2003. Os fãs de João não se decepcionaram com o jovem Diogo, cujo timbre lembra muito o do pai. Com novas músicas como “Samba pros poetas” e “Lua de um poeta” e clássicos como “O espelho” e “Todo menino é um rei”, Diogo Nogueira levou o público ao delírio.

No 9º Botequim do Sisejufe, agendado para 14 de dezembro, também no Clube do Empresário, será a vez do rock e do dance. Estão programadas duas bandas de rock, entre elas, já confirmada, a Marafos. A noite também vai ter a discotecagem de um DJ.

Foto: Silvío Amaral



Acima, Diogo Nogueira solta a voz no Botequim de 26 de outubro.

Ao lado, a abertura do show, com o grupo Roda Carioca, do servidor federal Du Basconça (ao violão).

Foto: Henri Figueiredo



2º Sarau Judicial Cool Em defesa do “livro acessível”

Sobre a batuta do cantor, compositor e escritor Du Basconça, vem aí o segundo Sarau Judicial Cool, no dia 23 de novembro de 2007. Na primeira edição, os artistas da categoria deram um verdadeiro *show* no auditório do Sisejufe. Agora é hora do bis. Se você é poeta, pintor, cantor, instrumentista, pirata, mambembe, pirófono, malabarista, envie *e-mail* para formacao@sisejuferj.org.br e se inscreva para o sarau. Se você gosta de música, poesia e arte em geral, venha para o sarau. “Poetas, seresteiros, namorados, é chegada a hora de sorrir e cantar” (Gilberto Gil).

Os diretores do Sisejufe Dulavim de Oliveira Lima Jr. e Ricardo de Azevedo Soares participaram, durante a 13ª Bienal do Livro, em setembro, de manifestação em prol do livro acessível. O ato foi organizado pela associação de ex-alunos do Instituto Benjamin Constant. Cerca de quinze deficientes visuais visitaram estandes de editoras e livrarias, explicaram o que é o livro acessível e reivindicaram sua produção. O livro acessível é aquele que se adapta ao formato do desenho universal, podendo, assim, ser lido por todas as pessoas, com ou sem deficiência, de forma autônoma. Além disso, o livro acessível propicia acesso ao texto de forma visual e digital, para que, de um lado, as pessoas cegas pos-

sam soletrá-lo e, de outro, as pessoas com baixa visão consigam lê-lo utilizando letras de tamanho aumentado. Na Europa e nos EUA já são vendidos livros que atendem ao conceito do desenho universal, na medida em que o formato DAISY – acrônimo em inglês para Sistema Digital de Informação Acessível – é dotado dessas características. Os livros são distribuídos em CD-ROM, fazendo com que seu conteúdo possa ser acessado por um cego, por exemplo, a partir de um computador. Além disso, o áudio pode ser reproduzido em qualquer tocador de mp3. Desse modo, mesmo pessoas que não necessitam desses recursos podem usar esses livros em situações como engarrafamentos, por exemplo.

Pobre ao molho de alcaparras

Nossa imprensa é cada vez mais folhetim sensacionalista e direitosa do que veículo capaz de informar. No troféu besteirol da década a "revista" (?) Época estampa o filósofo da humanidade Luciano Huck, perguntando se ele mereceu ter o Rolex roubado. De maneira prestimosa o venerando intelectual em lugar de dar queixa na delegacia mais próxima vociferou nos jornais contra a falta de segurança... Teve até gente que disse que ele merecia, sim, ser roubado. Eu não chego a tanto, roubo é roubo e vida humana é sempre uma vida humana, por mais tolo que seja o seu portador, mas que a repercussão estupefante deste fato nos nossos jornais nos leva a pensar em quão imbecil é nossa imprensa, isto nos leva. A notícia hoje é medida pela importância que a própria mídia lhe dá. Neste caso é como diz o velho ditado, a montanha pariu um rato. Na tal matéria, o genial Huck disse que a solução seria chamar o capitão Nascimento – o neo-Rambo da Zona Sul... afinal, matar pobre não é violência, violência é só quando a bala acha o peito branco de quem não mora na favela. Negro, nordestino, pobre, morador de favela, quando morre, é só um número.

Deu n'O Globo: "tiroteio em favelas incomoda vizinhos ao morro". Não incomoda quem mora no morro não, né? Já tá acostumado... Que durmam com tiroteio, que corram das balas, que morram... e daí? Imprensa é pra quem tem "vida produtiva", por isso os tiros atrapalhando a paz vizinhança rica, ah, isto é notícia. Sugiro que o



Preparar suculentos pratos à base de crianças pobres pode virar alternativa para se controlar a violência no Rio de Janeiro.

governo subsidie silenciadores para fuzis e metralhadoras e só libere a guerra do tráfico com armas dentro das especificações dos ruídos permitidas pelo Cesar Blog Maia. É como diz o secretário Beltrame, tiro em Copa é uma coisa, na favela da Coréia é outra. Já o governador Cabral defende o aborto como controle da natalidade na favela, afinal pobres têm muito mais filho do que a classe média... só faltou dizer do que o cidadão de bem – os mesmos cidadãos que formam dois

terços dos consumidores de cocaína e que ganham mais do que 6 mil reais mensais. Lembra que, nas décadas de 60 e 70, quando os EUA bombardeavam e fulminavam com DDD campos na América Latina, eles diziam que era mais fácil "acabar com os guerrilheiros nas barrigas das mães" ... Qualquer coincidência não é mera similitude...

Do jeito que anda, algum gaiato vai sugerir que adotemos na culinária carioca as receitas que um arguto reverendo inglês sugeriu como crítica ao livro de Malthus: preparar suculentos pratos com a carne das crianças pobres. Afinal, seria uma maneira adequada ao que vem sendo pregado para se controlar a violência. Pratos do dia: pobre ao Belle Mener e pobre ao molho de alcaparras...

*Fulgêncio é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que para fazer.





Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
 Faculdade de Letras – Departamento de Letras Vernáculas
 Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa de L. Port.
 Cadeira Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros
 Av. Horácio Macedo, 2151
 Cidade Universitária, Ilha do Fundão
 Rio de Janeiro – RJ – 21941-917



Universidade Federal Fluminense - UFF
 Instituto de Letras - Depto. de Letras Clássicas e Vernáculas
 Núcleo de Estudos de Lit. Port. e Afric. - NEPA
 Núcleo de Estudos Brasil África - NEAF
 Av. Visconde de Rio Branco, s/nº, São Domingo -
 Campus do Gragoatá – Bl C sala 403
 Niterói – RJ – 24210-200



III Encontro de Literaturas Africanas

PENSANDO ÁFRICA: CRÍTICA, PESQUISA E ENSINO

20 a 23 de novembro de 2007

<http://www.lettras.ufrj.br/pensandoafrica/>
 E-mail: pensandoafrica@letras.ufrj.br

**LOCAL:
 UFRJ**

Faculdade de Letras, Cidade Universitária
 Ilha do Fundão - Rio de Janeiro

**As inscrições começam em maio e terminam em 31 de julho.
 Fazendo a inscrição no mês de maio, você terá um desconto na taxa.
 Consulte o site!**

Apoios:

MEC - Alvorada • Secretaria de Estado de Cultura • Associação de Assuntos Afro no Rio de Janeiro • Okazochi • Transcrições Africanas Angolanas - TAAG • União das Faculdades Angelinas • Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa • SENAR/GO • Consórcio de Angola no Rio de Janeiro • Consórcio de Cabo Verde no Rio de Janeiro • Editora Nôva • Editora Pallas • Editora Companhia das Letras • Caxambu Flores • Azulejo Flores • BESC Rio de Janeiro • Instituto Cambes • Fundação Calouste Gulbenkian • Cadeira Jorge de Sena (L. Port. UFRJ) • Bairro do Brasil (Rio de Janeiro) • Bradesco • Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ • Faculdade de Letras/UFRJ • Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ • Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa (UFRJ) • Pesquisa na Pós-Graduação em Letras Vernáculas (UFRJ) • Cadeira Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros (UFRJ) • Conselho de Ciências Matemáticas e de Nucleos (CCMN) - UFRJ • Universidade Federal Fluminense - UFF • Pós-graduação em Letras - UFF • Núcleo de Estudos de Literaturas Africanas - NEPA/UFF • Universidade Agostinho Neto (Angola) • Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) • Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ • Laboratório de Pesquisa em Letras de Fátima de Lima e de Fátima de Oliveira - Nereus - Nereus da UERJ/Laboratório de Estudos das Desigualdades Sociais da UERJ • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Universidade de São Paulo-USP • Curso de Pós-Graduação em Letras - Amara Estêvão Companhia de Letras/Língua Portuguesa do FFLC-USP • Universidade Cândido Mendes • Coordenadoria de Apoio a Tercerária do Ensino Superior - CAPES • Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico - CNPq • Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio de Janeiro-FAPERJ • Fundação Joo Bettendorff • União de Escritoras Angolanas • Associação Cultural Cha de Coimbra • Embaixada de Angola no Brasil • Embaixada de Cabo Verde no Brasil • Embaixada de Moçambique no Brasil • Conselho de Angola no Rio de Janeiro • Fundação José Edson de Barros - FEJA • Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa • Companhia Editora da UFRJ • UFRJ/JAZZ • Jogo de Senha • Secretaria Urbana de Cultura (UFRJ) • Secretaria de Educação RJ • Secretaria Municipal de Educação - RJ • Real Gabinete Português de Letras - UFRJ • UFRJ • UFRJ • UFRJ • FAPESP • FAPEMIG • FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN • IC COMAÕES • Fundação Universitária José Bonifácio • G5



Entre Quatro Paredes

De Jean Paul Sartre

Direção: Élcio Rossini

Com: Carolina Garcia, Marcelo Aquino
Daniela Aquino, Antonio Carlos Falcão

Teatro do Jockey

rua Mário Ribeiro, 410 – Gávea
15 a 25 de novembro, 21h
de quintas à domingos

O Sisejufe está distribuindo dois convites para cada dia de apresentação aos primeiros filiados que ligarem para o sindicato.

Os sindicalizados que apresentarem a carteirinha na bilheteria pagarão a metade do preço.



*Prêmio Açorianos e Troféu RBS-RS
Melhor *Espetáculo, *Direção e *Cenografia.*

REALIZAÇÃO:



APOIO:

